



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Identificação

Área de Avaliação: **FILOSOFIA**

Coordenador de Área: Danilo Marcondes de Souza Filho (PUC-RJ)

Coordenador-Adjunto de Área: João Carlos Salles Pires da Silva (UFBA)

Coordenador-Adjunto de Mestrado Profissional: Remi Kein (EST)

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

A pós-graduação em Filosofia teve seu início nos primeiros anos da década de 1970 e durante esses quase 40 anos passou por um processo constante e regular de desenvolvimento, amadurecimento e sobretudo de diversificação, inclusive regional. Apresentamos, em seguida, o quadro atual da área.

Dados gerais em 2012:

- 61 cursos
- 42 programas
- 19 mestrados e doutorados
- 42 mestrados
- 1 doutorado em forma associativa.

2013: aprovação ao final de 2012 de 2 novos doutorados (UFG e UNIFESP) a serem iniciados em 2013.

Distribuição por nota:

Nota 6: 4 programas – UFMG, USP, UNICAMP, PUC-RS

Nota 5: 7 programas – UERJ, PUC-RJ, PUC-SP, UFRGS, UFSC, UFSCar, UFSM.

Nota 4: 11 programas – PUCPR, UFBA, UFC, UNESP, UFG, UFPR, UFRJ (2 programas), UFPB, UFRN, UNISINOS.

Nota 3: 19 programas – FAJE, Faculdade São Bento, UFU, UNIFESP, UFPI, FUFSE, UCS, UNIOESTE, UFPEL, UECE, USJT, UnB, UFPE, UEL, UEM, UFES, UFF, UFOP, UFPA.

Cursos 3X3 (com nota 3 em três avaliações trienais seguidas) : UnB, UECE, USJT.

Novos no triênio (2010-2012):

- 6 mestrados: FUFSE, UEL, UEM, UFF, UFPA, Unifesp.
- 2 doutorados: UFPR, PUCPR.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

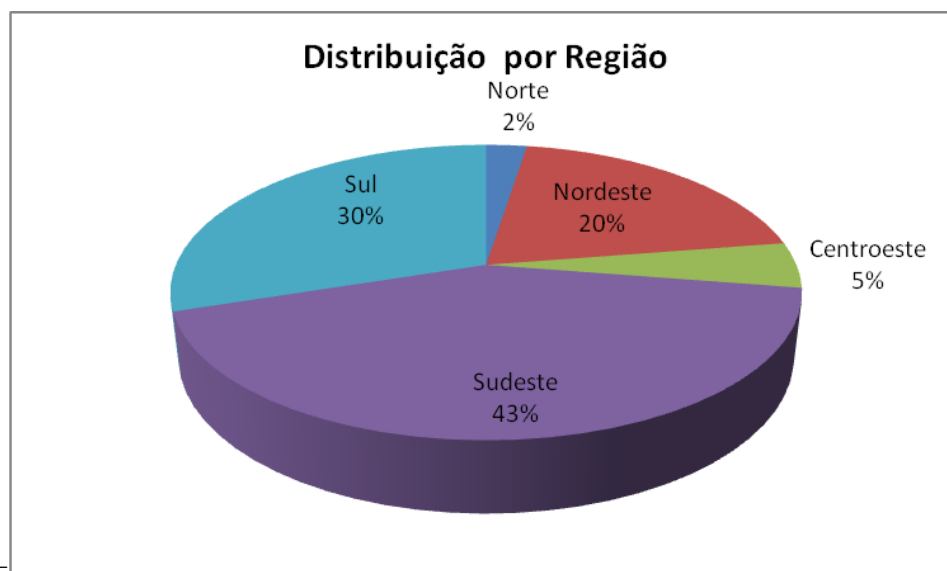


Figura 1: Distribuição por Região:

Norte: 1 (2%) UFPA.

Nordeste: 8 (20%) UFPI, UECE, UFC, UFPB, UFPE, UFRN, FUFSE, UFBA.

Centro Oeste: 2 (5%) UnB, UFG.

Sudeste: 17 (43%) - UFU, UFMG, UFOP, UFES, PUC-Rio, UFF, UERJ, UFRJ (2), USP, UNICAMP, UNIFESP, UNESP, PUCSP, USJT, Faculdade São Bento, FAJE.

Sul: 12 (30%) - UFRGS, UCS, PUCRS, UFSM, UFPEL, UFSC, UFPR, PUCPR, UEM, UEL, UNIOESTE, UNISINOS..

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

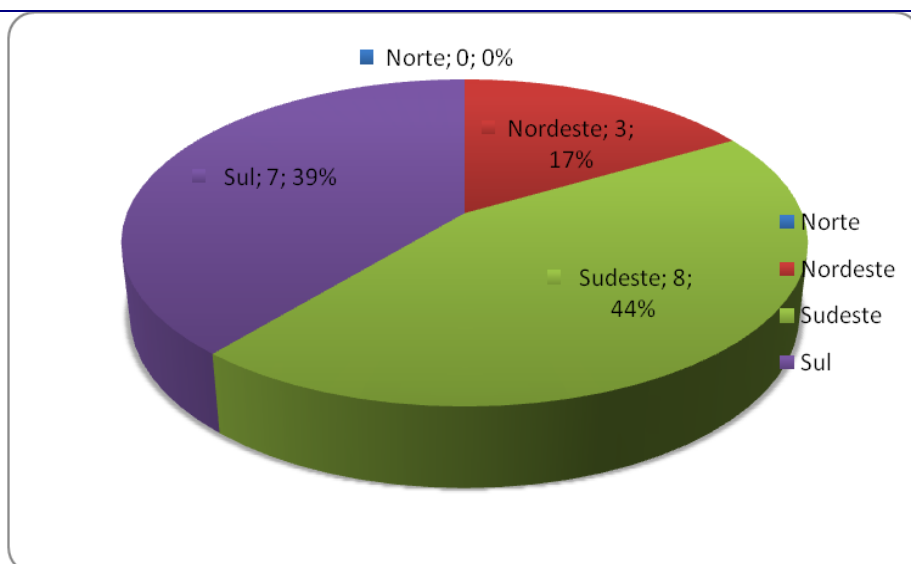


Figura 2: Doutorados por Região:

Norte: 0

Nordeste: 3 (17%) - UFC, consórcio UFPB/UFPE/UFRN, UFBA.

Centro Oeste: 0 – UFG criado em 2012 para abertura em 2013.

Sudeste: 8 (44%) - UFMG, USP, UNICAMP, PUCSP, PUC-RJ, UERJ, UFRJ (2), Unifesp (criado em 2012 para abertura em 2013).

Sul: 7 (39%) - UFRGS, UFSM, PUC-RS, UNISINOS, UFSC, UFPR, PUC-PR.

A área se encontra consolidada com uma distribuição adequada por notas, porém ainda desequilibrada do ponto de vista da distribuição por região. Há espaço de crescimento em direção ao doutorado por parte de alguns mestrados com nota 4 que podem ser considerados consolidados e que já têm dissertações defendidas em bom número. Alguns mestrados nota 3 têm condições, a se verificar, de serem avaliados como 4, podendo haver assim um espaço para crescimento qualitativo.

As prioridades continuam a ser as regiões Norte, com apenas 1 mestrado, e Centro-Oeste com 2 mestrados e 1 doutorado recém-criado (2012).

A área deve adotar políticas de incentivo – programas como Minter/Dinter, Procad – que possam ampliar os cursos de pós-graduação nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Preocupa também a situação dos mestrados 3X3 (com nota 3 em três avaliações trienais seguidas), todos eles visitados por comissões ao longo do triênio e conscientes da necessidade de tomar medidas que superem esta condição, evitando um possível descredenciamento.

Não há mestrados profissionais na área, mas se encontra em discussão a possibilidade de criá-los na área de Ensino de Filosofia, havendo um genuíno interesse nessa direção.

Tendo em vista o quadro atual e a redução no ritmo de crescimento (propostas de novos cursos) durante o último triênio, acreditamos que essa tendência irá se manter e com isso a prioridade da área passar a ser o crescimento qualitativo, ou seja, a qualidade e a diversidade



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

das pesquisas, que devem revelar participação no diálogo nacional e internacional sobre os grandes temas da área de Filosofia e de áreas afins, sendo importante a ampliação de uma atuação mais interdisciplinar. Isso deve se refletir na qualidade das publicações na área que são os principais veículos para a divulgação e a difusão dessas pesquisas e de seus principais resultados.

Nesse sentido, é importante o aperfeiçoamento permanente pelas comissões dos critérios e métodos de avaliação qualitativa a partir dos dados fornecidos pela avaliação quantitativa.

A área no PNPG 2011-2020

Embora a área de Filosofia não tenha recebido nenhum destaque especial no Plano Nacional de Pós-graduação 2011-2020, consideramos, que o PNPG sinaliza para o papel da pós-graduação em uma política científica e educacional para o país que contém diretrizes importantes para a área tais como a importância da ampliação do sistema de pós-graduação, de sua internacionalização e da ênfase na qualidade da pesquisa e da formação discente, inclusive do ponto de vista da integração com o nível médio. Portanto, a política de consolidação, desenvolvimento e expansão da área de Filosofia deve basear-se nessas diretrizes gerais.

INTERDISCIPLINARIDADE

A Filosofia enquanto área tem sido inerentemente interdisciplinar desde a sua origem. Podemos dar algumas referências do que entendemos com isso. Os primeiros filósofos, denominados posteriormente “pré-socráticos” formularam questões filosóficas sobre a natureza e nesse sentido Filosofia e Física (o estudo da natureza, a *physis*), nasceram juntas. Um pouco depois, em Atenas, Sócrates e os sofistas, ao discutirem o contexto da democracia, deram origem à filosofia moral e à ciência política. Mas, é em Aristóteles (segundo a *Metafísica*, 1025b25, 102613-23, e *Segundos Analíticos*, 7a-b) que encontramos a primeira divisão dos saberes em áreas, ou disciplinas: o *conhecimento da realidade* (a ciência, *episteme*) – desde a “Metafísica” até a Física, Biologia e Psicologia; o *saber prático* – a Ética, a Política e a Economia; e o *saber produtivo*, ou criativo, onde se encontram a Poética e a teoria da arte em geral. Para ele, essas áreas têm métodos e objetos distintos e foi essa visão que influenciou a “disciplinarização” dos saberes na tradição. A divisão entre as sete artes liberais na Antiguidade Tardia, por sua vez, influenciou o currículo da universidade medieval desde a sua fundação.

Contemporaneamente a pesquisa em Filosofia se divide em duas grandes linhas, que podem ser consideradas complementares:

- a) o estudo da tradição, ou seja, a História da Filosofia, e a análise e interpretação de textos clássicos da Filosofia, que têm um caráter mais disciplinar, isto é, têm fronteiras mais nítidas;
- b) pesquisa temática, através de linhas de pesquisa desenvolvidas sobretudo ao longo dos séculos XIX e XX em que a Filosofia se encontra em diálogo (numa perspectiva metodológica e epistemológica) com outras áreas como Filosofia da Ciência (ou das ciências), Estética e Filosofia da Arte, Filosofia Política e das Ciências Sociais, Filosofia da Linguagem, Lógica, Filosofia da Mente (em proximidade com as Ciências Cognitivas), Ética (hoje nitidamente



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

interdisciplinar, vide Bioética, éticas profissionais, etc). A interdisciplinaridade se pratica dessa forma e com frequência encontramos no corpo docente de programas de pós-graduação em Filosofia docentes com formação nessas diferentes áreas afins como Matemática, Ciência Política, Direito, História, e outras, que desenvolvem essas interfaces. Disciplinas como Filosofia do Direito e Filosofia da Educação acabaram por se incorporar a estas respectivas áreas.

Portanto, pode-se dizer que a interdisciplinaridade se realiza na Filosofia de forma própria e mesmo que não haja uma participação direta em programas interdisciplinares de pós-graduação há vários grupos de pesquisa interdisciplinares de que a Filosofia faz parte centralmente, citando apenas alguns, o CLE (Centro de Lógica, Epistemologia e História das Ciências) da Unicamp, o projeto Ética e Realidade Atual (reunindo Filosofia, Direito e Administração) da PUC-Rio, os grupos de pesquisa em ciências cognitivas da UFSCar e da Unesp-Marília, dentre vários outros igualmente importantes.

A Filosofia tem nesse sentido vocação interdisciplinar e a reflexão epistemológica contemporânea, desenvolvida, por exemplo, pela Filosofia da Ciência, mostra como as fronteiras tradicionais entre as diversas áreas vão sendo superadas e que muitas questões novas só podem ser tratadas através da integração entre diferentes saberes. A História da Ciência, por sua vez, mostra que isso também já ocorreu no passado e que essas fronteiras já foram redefinidas em outros momentos. Disciplinas como Ética recebem cada vez mais demandas em nossa sociedade desde a Bioética até Ética nas Organizações.

Porém, a área de Filosofia não tem tradicionalmente encaminhado à Capes propostas de criação de cursos de caráter interdisciplinar, nem tem participado diretamente de programas interdisciplinares. Tampouco, se detectam na área multidisciplinar programas que tenham uma presença forte da Filosofia.

A análise acima, mostra que há espaço de ampliação para a atuação da Filosofia em programas interdisciplinares do ponto de vista da contribuição temática que esta pode trazer para a interdisciplinaridade em várias áreas. Não houve ainda, contudo, a aproximação devida, nem o interesse para que esse potencial se realizasse, exceto em pequena escala, como vimos. Esse desenvolvimento depende, porém, da iniciativa de grupos de pesquisa e de programas que trabalhem na linha da interdisciplinaridade.

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

A legislação estabelece atualmente a obrigatoriedade do ensino da disciplina Filosofia no Ensino Médio. Com isso tem havido um crescimento na demanda pelas licenciaturas em Filosofia, embora isso ainda varie de estado para estado, dependendo das condições de trabalho do professor, sobretudo do nível salarial, que sendo baixo, não torna a profissão atraente. Em alguns estados a licenciatura tem sido mais valorizada, o que levou a uma reversão deste quadro.

É frequente a procura do mestrado por professores do ensino médio e mesmo, em seguida, do



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

doutorado, como forma de aperfeiçoamento. Porém, após essa qualificação, um grande número abandona o ensino médio e busca uma carreira no ensino superior ou na pesquisa.

A área constata hoje a importância de uma política de valorização do ensino médio como parte integral do processo de formação do professor e do pesquisador em Filosofia. É importante também na medida em que amplia a contribuição da Filosofia para a formação do aluno. Alguns programas de pós-graduação têm linhas de pesquisa em ensino de Filosofia, mas isso ainda é raro e de alcance limitado.

Há necessidade de se formular uma política mais clara para o ensino da Filosofia, sobretudo no Ensino Médio. A qualificação e o aperfeiçoamento de professores do ensino médio foram definidos como uma das prioridades da área, devendo ser estabelecidas políticas específicas nesse sentido. Uma possibilidade consiste na proposta de mestrados profissionais em Ensino de Filosofia. Foi feita a proposta de se mapear as instituições interessadas nessa possibilidade, seja dentre as que já têm mestrados e doutorados acadêmicos consolidados, seja dentre as que ingressariam na pós-graduação através dessa modalidade. Uma primeira questão que surgiu e que deve ainda ser esclarecida diz respeito a como se daria o encaminhamento dessas propostas pela Capes, se via área de Filosofia, ou via área de Ensino, havendo uma clara preferência pela área de Filosofia. Outra possibilidade que chegou a ser discutida e despertou grande interesse seria a de uma proposta em rede na linha das já existentes como o Profmat e o Profletras. Evidentemente, a área de Filosofia é bem menor do que essas outras, mas o formato desse tipo de programa pareceu interessante. Portanto, a área claramente valoriza a presença da disciplina Filosofia no Ensino Médio, mas ainda se encontra em fase de discussão qual a melhor maneira de se contribuir para isso na pós-graduação. Uma reunião específica para esse fim deverá realizar-se possivelmente ainda em 2013, ou no início de 2014.

II. Requisitos e orientações para Propostas de Cursos Novos

Mestrado (Acadêmico) e Doutorado

Tendo em vista a preocupação permanente da área de Filosofia com o desenvolvimento, a expansão e a consolidação dos programas de pós-graduação na área, estabelecemos em seguida diretrizes gerais para a apresentação de propostas de cursos novos complementares ao que consta do Documento de Área de 2007-2009.

O Documento de Área e a Orientação que se segue constituem as diretrizes básicas segundo as quais a Comissão de Avaliação de propostas de cursos novos fará seu julgamento. Esclarecemos que com base em determinação da Diretoria de Avaliação da CAPES, homologada pelo CTC-ES, compõem a Comissão de Avaliação, além dos membros da área de Filosofia, três membros externos, sendo dois de outras áreas diferentes e um com experiência em avaliação de programas interdisciplinares.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

1. Proposta do curso

Deve evidenciar claramente a(s) área(s) de concentração do curso e a articulação das linhas de pesquisa com esta(s) área(s). As linhas de pesquisa devem ser claramente definidas e os projetos e disciplinas do curso devem estar articulados às linhas, devendo isso ser adequadamente explicitado na descrição dos projetos e na ementa das disciplinas, que deve incluir bibliografia atualizada. Entende-se assim que um programa deve funcionar de forma integrada e que é desta forma que poderá melhor concretizar seus objetivos.

É possível haver projetos de pesquisa isolados, isto é, sem vínculo direto com as linhas, desde que isso não seja em número que venha a comprometer a organicidade do curso e que se justifique a partir de interesses específicos do corpo docente. Tem sido desta forma que posteriormente surgem novas linhas de pesquisa.

O corpo docente deve ter formação e experiência acadêmica na(s) área(s) e nas linhas de pesquisa definidas. As linhas de pesquisa devem incluir pelo menos dois projetos. Os projetos devem incluir pelo menos dois docentes permanentes com formação e experiência específica. É importante a participação discente (de pós-graduação e mesmo de graduação) nos projetos. Um docente permanente não deve, em princípio, participar de mais de dois projetos de pesquisa ao mesmo tempo. Exceções deverão ser justificadas.

A estrutura curricular deve caracterizar claramente a organização do curso, a natureza das disciplinas (obrigatória, optativa, optativa por linha, etc.) assim como sua ementa e bibliografia.

No caso de propostas de cursos novos de doutorado, deve ser explicitada sua relação com o curso de mestrado, indicando área(s), linhas de pesquisa, projetos e disciplinas em comum ou específicas ao doutorado.

É importante que a proposta venha acompanhada do Regimento Interno do programa de pós-graduação de que devem constar os critérios e procedimentos de credenciamento dos docentes, o processo e a periodicidade de seleção de alunos, o número de vagas oferecidas e os critérios de avaliação.

O compromisso institucional em assegurar as condições essenciais para implantação do curso tais como biblioteca atualizada e acesso a bases de dados, salas para pesquisa para discentes equipadas com computadores, salas para atendimento e orientação, etc., deve ser claramente explicitado em documento das instâncias deliberativas pertinentes.

2. Corpo Docente

O corpo docente, composto por docentes permanentes, visitantes e colaboradores segundo definição da Capes, deve ter titulação na área ou em áreas afins, devendo essa afinidade ser explicitada. É importante que a titulação e a experiência acadêmica dos docentes sejam pertinentes à área do curso e a seus projetos de pesquisa. O corpo docente deve ser composto de um núcleo de docentes permanentes, responsáveis pelo ensino, pesquisa e orientação discente. Embora a área de Filosofia não tenha um número mínimo estabelecido, o corpo docente permanente deve dar conta das disciplinas a serem oferecidas, da orientação discente (no máximo oito orientandos por orientador) e da realização dos projetos de pesquisa. É



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

desejável a participação de professores colaboradores e visitantes no curso, devendo nesse caso ser explicitado o tipo de colaboração (orientação, co-orientação, oferecimento de disciplinas, participação em pesquisa) a ser realizada.

No caso de um curso novo de mestrado é importante que o corpo docente permanente tenha em sua maioria experiência em orientação de monografias, trabalhos de conclusão de curso e pesquisas de iniciação científica em graduação, caso não tenha experiência prévia em curso de pós-graduação. No caso de curso de doutorado, a maioria do corpo docente permanente deve ter experiência em pesquisa e produção intelectual que revelem maturidade acadêmica adequada ao desenvolvimento da pós-graduação em nível de doutorado. Além disso, cada membro do corpo docente deve ter pelo menos uma experiência bem sucedida de orientação de dissertação de Mestrado.

3. Produção Intelectual

O corpo docente permanente deve ter experiência acadêmica que revele a maturidade esperada em um curso de pós-graduação. A produção intelectual do corpo docente permanente, incluindo publicações (artigos, livros, capítulos de livro e versão integral de trabalhos em anais de eventos), apresentação de trabalhos e participação em eventos acadêmicos na área, ou em áreas afins, deve contribuir diretamente para o desenvolvimento da pesquisa no curso e ter relação direta com a área do curso, suas linhas e projetos de pesquisa.

MESTRADO PROFISSIONAL

1. Proposta do Curso

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

Embora a área de Filosofia não tenha recebido até o momento nenhuma proposta de mestrado profissional, esta possibilidade se encontra em aberto e pode ser considerada uma alternativa interessante a ser desenvolvida na área.

A proposta deve evidenciar claramente a(s) área(s) de concentração do curso e a articulação das linhas de pesquisa com esta(s) área(s). As linhas de pesquisa devem ser claramente definidas e os projetos e disciplinas do curso devem estar articulados às linhas, devendo isso ser adequadamente explicitado na descrição dos projetos e na ementa das disciplinas, que deve incluir bibliografia atualizada.

É possível haver projetos de pesquisa isolados, isto é, sem vínculo direto com as linhas, desde que isso não seja em número que venha a comprometer a organicidade do curso.

A estrutura curricular deve caracterizar claramente a organização do curso, a natureza das disciplinas (obrigatória, optativa, optativa por linha, etc.) assim como sua ementa e bibliografia.

É importante que a proposta venha acompanhada do regimento interno do programa de pós-



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

graduação de que devem constar os critérios e procedimentos de credenciamento dos docentes, o processo e a periodicidade de seleção de alunos, o número de vagas oferecidas e os critérios de avaliação.

Uma proposta de mestrado profissional deve satisfazer as mesmas condições de um mestrado acadêmico indicadas acima, porém deve incluir adicionalmente uma clara definição do que o curso entende como seu caráter profissional. Para isso, deve ser indicada a contribuição da pesquisa realizada no curso para possíveis aplicações em atividades relevantes para a comunidade, empresas e organizações sociais públicas e privadas. A caracterização da área, linhas de pesquisa e projetos deve deixar claro em que sentido o curso pretende dar aos discentes uma formação profissional e qualificá-los para o mercado de trabalho através das pesquisas realizadas.

2. Corpo Docente

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

O corpo docente deve ser integrado, de forma equilibrada, por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (Portaria Normativa MEC nº 17 de 28 de dezembro de 2009). O corpo docente deve ser composto de um núcleo de docentes permanentes, responsáveis pelo ensino, pesquisa e orientação discente. Embora a área de Filosofia não tenha um número mínimo estabelecido, o corpo docente permanente deve dar conta das disciplinas a serem oferecidas, da orientação discente (no máximo oito orientandos por orientador) e da realização dos projetos de pesquisa. É desejável a participação de professores colaboradores e visitantes no curso, devendo nesse caso ser explicitado o tipo de colaboração (orientação, co-orientação, oferecimento de disciplinas, participação em pesquisa) a ser realizada.

É importante que o corpo docente permanente tenha em sua maioria experiência em orientação de monografias, trabalhos de conclusão de curso e pesquisas de iniciação científica em graduação, caso não tenha experiência prévia em curso de pós-graduação.

Parte expressiva do corpo docente (cerca de 30%) deve ter experiência comprovada em atividades relevantes para o mestrado profissional, ou seja, diretamente relacionadas à inserção cultural, social ou tecnológica definida na proposta do curso.

3. Atividade de Pesquisa

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

As linhas de pesquisa devem incluir pelo menos dois projetos. Os projetos devem incluir pelo menos dois docentes permanentes com formação e experiência específicas. É importante a participação discente (de pós-graduação e mesmo de graduação) nos projetos. Um docente permanente não deve, em princípio, participar de mais de dois projetos de pesquisa ao mesmo tempo.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

As linhas e projetos de pesquisa devem evidenciar a relação entre pesquisa acadêmica e suas possibilidades de aplicação cultural, tecnológica ou social.

4. Produção Intelectual

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

O corpo docente permanente deve ser composto por docentes que tenham experiência acadêmica que revele a maturidade esperada em um curso de pós-graduação e que tenham atuação profissional e experiência no tipo de atividade profissional definida pelo curso. A produção intelectual do corpo docente permanente deve contribuir diretamente para o desenvolvimento da pesquisa no curso e ter relação direta com a área do curso, suas linhas e projetos de pesquisa, e deve consistir em publicações (artigos, livros, capítulos de livro e versão integral de trabalhos em anais de eventos), apresentação de trabalhos e participação em eventos acadêmicos na área, ou em áreas afins, além de projetos que concretizem a vocação profissional do curso.

5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

O compromisso institucional em assegurar as condições essenciais para implantação do curso tais como biblioteca atualizada e acesso a bases de dados, sala para pesquisa para discentes equipada com computadores, sala para atendimento e orientação, etc., deve ser claramente explicitado em documentação das instâncias deliberativas pertinentes.

III. Considerações gerais sobre a Ficha de Avaliação para o Triênio 2010-2012

Entendemos que a avaliação é um instrumento fundamental para uma visão mais completa da área e do sistema de pós-graduação e para o planejamento de seu desenvolvimento e consolidação de modo a que possa contribuir para o amadurecimento do debate filosófico entre nós, para a produção e a crítica do conhecimento, para a ampliação de nossa forma de atuação, inclusive no cenário internacional e, sobretudo, para a formação de profissionais, professores e pesquisadores, bem qualificados, que serão aqueles que levarão adiante esse projeto. Dos dados fornecidos e dos critérios adotados deverá emergir um retrato da área que permita à comunidade como um todo e aos programas definir seus objetivos e metas e estabelecer suas prioridades dentro do contexto mais amplo de uma política de pós-graduação,



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

que pense seu papel na Educação Brasileira e que possa, a partir disso, ter uma real interlocução internacional.

A Ficha de Avaliação, principal instrumento deste processo, deverá orientar a Comissão de Avaliação Trienal quanto à análise do perfil acadêmico do curso analisado. Os parâmetros adotados devem ser aplicados de forma equitativa a todos os cursos, respeitando-se especificidades, por exemplo, cursos novos que ainda não tiveram dissertações e teses defendidas no período. Avaliação deverá ter o cuidado em equilibrar os elementos quantitativos e qualitativos na análise do curso. Como as características qualitativas não são mensuráveis da mesma maneira que as quantitativas, que adotam critérios mais objetivos, para a análise qualitativa conta-se com a experiência acadêmica, a representatividade e o conhecimento da área dos membros que compõem a comissão. Levar-se-á em conta para isso o reconhecimento da qualidade da produção docente e discente pela comunidade acadêmica, sendo que os cursos com notas mais elevadas são aqueles que são considerados referência na área, ou seja, cujos docentes têm destaque como orientadores e por sua participação nas atividades da comunidade acadêmica. Levar-se-á em conta igualmente o caráter inovador da produção docente e discente na medida em que apresentam interpretações originais de temas tradicionais, contribuem para a discussão de temas em pesquisa de ponta e para ampliação do papel da filosofia em uma perspectiva interdisciplinar.

É a maneira como os diferentes programas contribuem de modo geral para esses objetivos e metas que constitui o pano de fundo da avaliação.

A avaliação baseia-se portanto em três eixos:

- (1) A proposta do curso que define seus objetivos e o modo de realizá-los, estruturando-se em torno da área (em geral, em nosso caso caracterizada de forma ampla como Filosofia); das linhas de pesquisa; dos projetos e das disciplinas oferecidas. É importante assim que haja articulação entre linha, projeto e disciplinas de modo que o curso possa se desenvolver de forma orgânica, sem prejuízo de especificidades e contemplando as alterações que resultam de seu desenvolvimento natural.
- (2) O corpo docente composto de professores permanentes, com a contribuição de colaboradores e visitantes, que tenham formação e qualificação adequadas à realização desta proposta. Espera-se também que tenham, os mais novos, grande potencial para a pesquisa, os mais experientes, uma tradição em pesquisa já consolidada e cuja produção seja publicada e difundida de modo assim contribuir para o debate e a produção do conhecimento na área e em áreas afins, a nível nacional e internacional. Embora não haja um número mínimo para o corpo docente,



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

espera-se que esses docentes permanentes sejam capazes de desenvolver a proposta formulada, realizando pesquisas, publicando e orientando teses e dissertações. Portanto o número de docentes permanentes deve ser suficiente para dar conta dessas atividades, sobretudo das orientações, sem dependência de visitantes e colaboradores, cuja participação é mais limitada e cujo número não deve ultrapassar 20% do total.

- (3) O corpo discente, devendo haver uma preocupação específica quanto à seleção, de modo que sejam admitidos os que têm o perfil de pesquisadores. Além disso, é fundamental que o programa conte com formas de preparar a futura tese ou dissertação, tais como seminários, defesa de projeto e exame de qualificação. A qualidade das teses e dissertações é um dos objetivos centrais de um programa de pós-graduação uma vez que com isso se concretiza a formação do pesquisador e sua contribuição ao conhecimento. Para tanto, devem ser valorizadas as bancas examinadoras, compostas de especialistas no tema e sempre com a participação de membros externos ao programa.

A prática regular de autoavaliação institucional por parte dos programas é recomendável, sendo uma forma fundamental de contribuição para a revisão e o amadurecimento do processo como um todo.

Consideramos também que a avaliação dos programas deve, de modo geral, levar em conta duas dimensões complementares:

- (1) o estado atual da área, sendo portanto as notas abaixo discriminadas atribuídas de forma comparativa entre os programas que recebem a mesma nota, devendo haver uma atribuição equânime nesse sentido dentro da mesma faixa de notas.
- (2) O estado atual do programa em relação ao triênio anterior, isto é, o reconhecimento de seu progresso e da realização das metas previstas em seu planejamento para o triênio avaliado, o que poderíamos chamar de “avaliação do programa em comparação consigo mesmo”.

A nota atribuída aos programas deverá ser compatível com o seguinte perfil, estabelecido no Documento de Área elaborado no final do triênio passado e revisto à luz das discussões nos seminários de acompanhamento e no CTC-ES, a saber:

– O programa de **nota 3** satisfaz cumulativamente as seguintes condições:

- a) tem 2/3 (dois terços) de docentes no corpo permanente bem qualificado, com formação específica e/ou atuação reconhecida na área do saber; área de concentração e linhas de pesquisa bem estabelecidas, com projetos adequadamente vinculados às mesmas, e regularidade na produção docente, em termos de qualidade e periodicidade;



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

b) O programa deve demonstrar perspectivas de progresso e crescimento, sendo a nota 3 considerada uma nota para curso novo, esperando-se que este possa aumentar a nota no máximo nos próximos dois triênios seguintes.

– O programa de **nota 4** deve apresentar todas as características de um programa de nível 3 e, além delas, estar claramente consolidado. A consolidação se traduz pelas seguintes características:

a) estabilidade do corpo docente, que deve ser composto por, pelo menos, 80% de docentes permanentes;

b) incremento substancial de publicações em periódicos dos estratos B1 e B2 do Qualis Periódicos da área, assim como de livros ou capítulos com potencialidade de impacto para a área;

c) boa distribuição da produção intelectual docente, bem como das orientações de dissertações e teses;

d) fluxo adequado e regular das titulações, considerando a média da área;

e) regularidade, qualidade e boa distribuição da produção discente;

f) produção de dissertações e teses bem qualificadas, avaliadas pela comissão de área.

– O programa de **nota 5** é considerado de excelência na área, sendo programa fortemente consolidado. Deve satisfazer todas as exigências do nível 4 e, além disso, apresentar as seguintes características:

a) corpo docente muito bem qualificado, com maturidade acadêmica e mais de 80% de permanentes (indicadores da qualificação e da maturidade do corpo docente são, por exemplo, estágios de pós-doutorado, bolsas, participação em eventos nacionais e internacionais, em bancas examinadoras, atuação como parecerista de periódicos e de agências de fomento);

b) produção docente de alta qualidade, com predomínio de publicações classificadas nos estratos A1, A2 e B1 do Qualis Periódicos da área, e, livros e capítulos de relevância e inovação para a área;

c) intercâmbios efetivos e regulares com instituições de qualidade.

– Os programas classificados com as **notas 6 e 7** têm inserção internacional, que será aferida por dois critérios, sendo o primeiro com peso 2 e o segundo com peso 1:

1) Produção intelectual com qualidade e destaque internacional. Considera-se que o corpo docente permanente de destacada qualidade em material editado no exterior, em idioma com aceitação internacional na área de Filosofia.

2) Atividades de intercâmbio e de avaliação, e evidências de competitividade e de reconhecimento em nível internacional.

Considera-se que o corpo docente permanente do Programa deve ter tido envolvimento, no triênio, em pelo menos 3 das atividades listadas abaixo em:

a) Participação em redes e associações com programas de notas 3 e 4, visando contribuir para a elevação dessas notas, através de Minter (Mestrado Interinstitucional), Dinter (Doutorado Interinstitucional), Procad (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica), e outras formas de cooperação interinstitucional, contribuindo assim para o desenvolvimento e consolidação da área.

b) Reconhecimento nacional e internacional de suas pesquisas, de sua produção intelectual,



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

principalmente publicações, consideradas referência na área, o que pode refletir-se em premiações nacionais e internacionais dos docentes e discentes.

c) Exercício de parte expressiva do corpo docente em cargos de administração acadêmica e participação em comissões de agências e organizações, nacionais e internacionais, de relevância para a área.

d) Existência regular de projetos e convênios de cooperação nacional e internacional.

Esses indicadores devem distribuir-se de forma equilibrada entre o corpo docente.

Assim sendo, o programa 7 é aquele em que o reconhecimento nacional e internacional é evidente e em que os itens acima aplicam-se a pelo menos 2/3 do corpo docente.

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

Foram realizados dois seminários de acompanhamento com a participação dos coordenadores de programas da área, o primeiro em 19 e 20 de outubro de 2011 e o segundo em 27 e 28 de novembro de 2012, cujos relatórios se encontram na página da área. Os seminários foram ocasiões importantes para se discutir e esclarecer pontos centrais do processo de avaliação, visando contribuir para que os programas possam realizar seu planejamento estratégico institucional e, desta forma, alcançar seus objetivos. Foram feitos esclarecimentos sobre o processo de avaliação com uma discussão sobre o Documento de Área e sobre a Ficha de Avaliação.

Discutiu-se também o Qualis Periódicos e o Instrumento de Avaliação de Livros sempre com a preocupação de considera-los dentro de uma perspectiva mais ampla de uma política de publicações da área para que se possa debater quem são nossos leitores, qual o papel de nossas publicações, o que significa a produção do conhecimento e sua crítica no campo da Filosofia. Mostrou-se desejável a criação de um Fórum de Editores de periódicos que possa formular essa política, definindo as prioridades da área e os procedimentos para melhor realiza-las.

Um ponto fundamental da discussão consistiu em enfatizar os aspectos qualitativos da avaliação. Dispomos hoje de dados bastante completos que nos permitem realizar uma avaliação quantitativa sobre as características mais importantes da área como número e distribuição regional e por notas dos programas, crescimento da produção acadêmica, número e distribuição de teses e dissertações. Por outro lado, consideramos a avaliação quantitativa apenas como o ponto de partida da avaliação, que com base nos dados fornecidos deve então interpretá-los à luz das características e necessidades da área, de nosso entendimento do tipo de trabalho que se faz em Filosofia e de sua função acadêmica e social, de nossas prioridades, metas e objetivos e de nossa inserção no mundo acadêmico nacional e internacional.

Como proceder a uma avaliação qualitativa é sempre um grande desafio, já que precisamente se trata de algo não mensurável pelos métodos tradicionais. É esse o papel da Comissão de Avaliação que sendo representativa da área deve contribuir com sua experiência e conhecimentos para definir os parâmetros mais gerais e os critérios mais específicos da avaliação. Todo sistema de avaliação é sempre imperfeito, mas cabe a nós, os representantes da comunidade, contribuir para seu aperfeiçoamento a partir das sucessivas experiências de pós-graduação, revendo-as e aprimorando-as, como tem sido feito. Entendemos que em linhas



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

gerais a qualidade se traduz pelo reconhecimento do trabalho realizado, o que mais uma vez depende da caracterização disso pelos membros da comissão dada a sua representatividade, sobretudo em uma área em que não se conta, de modo geral, com medidas como “fator de impacto”. Esse é o papel de uma avaliação por pares que identificará assim características não excludentes e complementares do trabalho como: reconhecimento, originalidade e caráter inovador, papel didático-pedagógico, potencial para desenvolvimento, ou seja, para motivar e influenciar outros trabalhos, participação no debate nacional e internacional e outros elementos significativos dessa natureza. São esses fatores que consideramos que tornam um trabalho filosófico referência na área, e fazem com que tenha repercussão, algumas das principais marcas da sua qualidade.

IV. Considerações gerais sobre o Qualis Periódicos, Roteiro para Classificação de Livros e os critérios da Área para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

QUALIS-PERIÓDICOS

O **Qualis-Periódicos** da área de Filosofia define um periódico como publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente a uma comunidade acadêmico-científica, que deve conter, obrigatoriamente, os seguintes itens: Editor responsável; Conselho Editorial; ISSN; Linha editorial; Normas de submissão; Periodicidade e regularidade; Avaliação por pares; Resumo(s) e descritores.

Os critérios de estratificação estabelecidos para o presente triênio são os seguintes:

ESTRATO A1

Periódicos de destacada qualidade, devidamente demonstrada em relatório pelos avaliadores e necessariamente superiores a todas as exigências estabelecidas para o Estrato A2.

ESTRATO A2

Ser publicado por instituição com Pós-Graduação *stricto sensu*, ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional com reconhecimento na área, ou Instituição de Pesquisa, ou ser publicada com apoio da CAPES, CNPq ou de fundação de direito público ou privado mediante avaliação por pares.

Disponibilidade em pelo menos dois dos indexadores ou bases de dados acima indicados.

Publicar pelo menos 18 artigos por volume, dos quais pelo menos 75% de autores vinculados a pelo menos cinco instituições diferentes da que edita o periódico.

Publicar regularmente resenhas de livros de interesse para a área.

Regularidade na publicação dos números.

Periodicidade mínima semestral.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

ESTRATO B1

Ser publicado por instituição com Pós-Graduação *stricto sensu*, ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional com reconhecimento na área, ou Instituição de Pesquisa, ou ser publicada com apoio da CAPES, CNPq ou de fundação de direito público ou privado mediante avaliação por pares.

Presença no Conselho editorial de membros de instituições estrangeiras de reconhecimento na área.

Disponibilidade em pelo menos um dos seguintes indexadores e bases de dados: SciELO, *The Philosopher's Index* (Ohio, USA); *International Philosophical Bibliography/Répertoire Bibliographique de la Philosophie* (Louvain, Bélgica); *Francis-Bulletin Signalétique* (CNRS, INIST, França); *Ulrich's International Periodicals Directory* (New York, USA), *Institute for Scientific Information-ISI* (Philadelphia, USA), *LATINDEX*, *American Theological Library Association-ATLA Religion Data Base*.

Publicar pelo menos 18 artigos por volume, dos quais 60% de autores vinculados a pelo menos cinco instituições diferentes da que edita o periódico.

Regularidade na publicação dos números.

ESTRATO B2

Ser publicado por instituição com Pós-Graduação *stricto sensu*, ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional com reconhecimento na área, ou Instituição de Pesquisa, ou ser publicado com apoio da CAPES, CNPq ou de fundação de direito público ou privado mediante avaliação por pares.

Publicar pelo menos 14 artigos por volume, dos quais 45% de autores vinculados a pelo menos quatro instituições diferentes da que edita o periódico.

ESTRATO B3

Ser publicado por instituição com Pós-Graduação *stricto sensu*, ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional com reconhecimento na área, ou Instituição de Pesquisa, ou ser publicado com apoio da CAPES, CNPq ou de fundação de direito público ou privado mediante avaliação por pares.

Publicar pelo menos 10 artigos por volume, dos quais 30% de autores vinculados a pelo menos três instituições diferentes da que edita o periódico.

ESTRATO B4

Publicar pelo menos 10 artigos por volume, dos quais 20% de autores vinculados a pelo menos duas instituições diferentes da que edita o periódico.

ESTRATO B5

Periódicos que atendam aos critérios explicitados na definição de periódico da área, sem cumprir qualquer das exigências adicionais descritas nos estratos subsequentes.

ESTRATO C

Periódico que preenche as condições estabelecidas pela definição de periódico da área,



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

considerado inadequado para o conhecimento científico da área.

Periódico em que não tem havido publicação no último triênio. Ao ser colocado no estrato C isso evite que seja contabilizado e interfira na proporção entre os estratos A1-B1 e B2-B5.

OBS: A área não utiliza fator de impacto.

Pesos dos estratos

A1	100
A2	85
B1	70
B2	50
B3	35
B4	20
B5	10
C	ZERO

CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

A **Avaliação de Livros** da área de Filosofia será feita de acordo com o **Roteiro para Classificação de Livros** aprovado na 111ª Reunião do Conselho Técnico-Científico do Ensino Superior - CTC-ES/CAPES.

Critérios e procedimentos

Definição de Livro

Compreende-se por livro um produto impresso ou eletrônico que possua ISBN ou ISSN (para obras seriadas) contendo no mínimo 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial.

1. Critérios de seleção para qualificação, propostos pelas diferentes áreas

Independentemente das áreas, a avaliação de livros será aplicada exclusivamente para classificação da *produção intelectual que resulte de investigação nas suas diferentes modalidades*. Para efeito desse roteiro deverão ser consideradas: obras integrais, coletâneas, dicionários ou enciclopédias, anais (texto completo) desde que seu conteúdo traduza a natureza científica da produção. Traduções de textos clássicos ou fontes primárias com base em suas línguas originais são particularmente valorizadas pela área. O livro autoral, que sistematiza e consolida as pesquisas de um docente e que demanda um maior tempo de amadurecimento e de produção é o produto por excelência na área. Coletâneas de textos de um autor ou de autores que realizam pesquisas em torno de um tema através de grupos de pesquisa são também de grande importância para a área.

Convém observar que o quesito IV - Produção Intelectual - da Ficha de avaliação, inclui, além da produção científica, a produção técnica e a artística. Os critérios definidos para a



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

avaliação dos livros com conteúdo científico, poderão ser aplicados a estas outras modalidades de produção conforme decisão das áreas. No entanto, os resultados dessas avaliações serão computados nos itens correspondentes (4.3 e 4.4.) em separado da produção científica.

2. Instrumento de Avaliação

Parte I: Dados de Identificação da Obra

Os dados de identificação da obra deverão ser preenchidos para todos os produtos classificados como livro e elegíveis para qualificação, segundo o critério adotado em cada área da avaliação.

A identificação da obra deverá conter, ao menos, os dados que constam da ficha catalográfica, incluindo os códigos decimais digitais universais para permitir a classificação por área temática. A critério das áreas, outras informações podem ser acrescentadas, conforme exemplo apresentado abaixo. De qualquer modo, as informações catalográficas terão por finalidade a composição de listagem de todos os produtos a serem avaliados.

Parte II: Avaliação pela Comissão de classificação de Livros

A avaliação dos livros deve ser preenchida tendo em mãos o exemplar do produto a ser qualificado para que o exame, pela Comissão, de suas características formais e de conteúdo possam permitir o correto preenchimento do instrumento.

A avaliação poderá contemplar as características particulares de cada área de modo a observar os dados mínimos para classificação do produto como livro, os aspectos formais da obra e o tipo e natureza do texto.

Dados mínimos

Compreendem esses requisitos obrigatoriamente o ISBN ou ISSN, dados equivalentes ao da ficha catalográfica, número mínimo de 50 páginas e autoria por docente e/ou discente de programa de pós-graduação.

Aspectos formais

Compreendem características de autoria, editoria bem como informações adicionais sobre fontes de financiamento, reedição, prêmios etc. As informações adicionais correspondem a aspectos que podem valorizar a obra. Não são, porém, itens obrigatórios da avaliação.

Tipo e natureza do texto

Considerada a natureza científica, esse requisito prevê seu detalhamento bem como o tipo de obra avaliada (obra integral, coletânea, tratado, dicionário, enciclopédia etc.).

Parte III: Avaliação do conteúdo da obra

A avaliação de conteúdo será baseada em três quesitos: relevância temática, caráter inovador da contribuição e potencial de impacto.

São sugeridos para avaliar os requisitos relevância, inovação e potencialidade de impacto, os seguintes pontos:

Relevância: contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico da área de conhecimento; contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

atualidade da temática; clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados; rigor científico (estrutura teórica); precisão de conceitos, terminologia e informações; senso crítico no exame do material estudado; bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento; qualidade das ilustrações, linguagem e estilo.

Inovação: originalidade na formulação do problema de investigação; caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados; contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas.

Potencialidade do Impacto: circulação e distribuição prevista; língua da publicação; reimpressão ou reedição; possíveis usos no âmbito acadêmico e fora dele.

INSTRUMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS		
Parte I: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA		
Título da Obra:		
Autores (livro) ou Organizadores (coletânea) (especificar se for docente ou discente do Programa):		
ISBN:		
Editora:		
Local da edição (cidade/país):		
Número de Páginas:		
Ano da primeira edição:		
Número e ano da edição enviada:		
Tiragem:		
Formato (impresso ou eletrônico):		
Referência completa do Livro / Coletânea (adotar ABNT):		
Número de capítulos da coletânea:		
Autores (docentes e discentes) do Programa de Pós-graduação, título e páginas de cada capítulo:		
Vinculação do livro/coletânea a linha de pesquisa, área de concentração ou área de conhecimento:		
Resumo do livro/Coletânea: (ementa)		
Informações complementares (informações sobre a participação de docentes/discentes de outros programas, tipo de financiamento, premiação, participação de autores estrangeiros, etc.):		

Parte II: ASPECTOS FORMAIS DA OBRA		
1. AUTORIA	Pontos no item	Pontuação da obra analisada
Única		



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Docentes do programa e de outras instituições no país sem participação discente		
Docentes do programa e de outras instituições no país com participação discente		
Docentes do programa e de outras instituições no exterior sem participação discente		
Docentes do programa e de outras instituições no exterior com participação discente		
Docentes do programa apenas		
Docentes e discentes do programa		
Discente do programa apenas		
Discente com participação de discentes de outros programas		
2. EDITORIA		
Editora com catálogo de publicações na área		
Editora brasileira, universitária, filiada à ABEU		
Editora brasileira, universitária, não filiada à ABEU		
Editora comercial com distribuição nacional		
Editora comercial com distribuição nacional e tradição de publicação na área		
Editora universitária estrangeira		
Editora comercial estrangeira		
Editora comercial estrangeira com tradição de publicação na área		
Conselho editorial ou revisão por pares		
Financiamento da edição por agência de fomento ou parcerias		
Coleção		
2ª Reedição		
3ª Reedição		
4ª Reedição ou mais		



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Contém informações sobre os autores		
3. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS		
Publicação em idioma estrangeiro		
Prêmios nacionais, estrangeiros ou internacionais		
Reimpressão		
Tipo da obra, natureza do texto e vínculo com o programa		
1. VÍNCULO		
À linha de pesquisa (projeto de pesquisa específico)		
À linha de pesquisa apenas		
À área de concentração, mas não a uma linha de pesquisa em particular		
À área do conhecimento, mas não a uma área de concentração do programa		
2. TIPO DA OBRA E NATUREZA DO TEXTO		
Obra completa		
Coletânea		
Dicionário / verbete		
Anais de congresso		
PONTUAÇÃO TOTAL		
Parte III: AVALIAÇÃO QUALITATIVA DO CONTEÚDO		
Relevância: Contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico da área de conhecimento; Contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes; Atualidade da temática; Clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados; Rigor científico (estrutura teórica); Precisão de conceitos, terminologia e informações; Senso crítico no exame do material estudado; Bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento; Qualidade das ilustrações, linguagem e estilo.		
Inovação: Originalidade na formulação do problema de investigação; Caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados; Contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas.		
Potencialidade do Impacto: Circulação e distribuição prevista; Língua; Reimpressão ou reedição; Possíveis usos no âmbito acadêmico e fora dele.		



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Classificação nos estratos

A classificação dos livros nos níveis L1 a L4 será estabelecida pela pontuação atribuída pelas áreas aos aspectos formais, tipo e natureza da obra e avaliação de conteúdo.

Além dos quatro estratos que serão utilizados para estabelecer pontos na avaliação da produção intelectual dos programas, deve estar previsto um estrato LNC - sem pontuação - para aquelas obras consideradas não classificáveis pelas comissões de avaliação.

Os estratos superiores da classificação - L3 e L4 - devem ser reservados para as obras de maior relevância no desenvolvimento científico da área e na formação de mestres e doutores.

Convém observar, uma vez mais, que os capítulos serão considerados tendo por unidade de referência o livro no qual foram publicados. A soma de capítulos na mesma coletânea não pode ultrapassar a pontuação de uma obra integral para fins de avaliação da produção do programa. Assim, um mesmo autor poderá pontuar no máximo 2 capítulos incluídos na mesma obra.

A Comissão de Área estabeleceu a seguinte pontuação de Livros, Coletâneas, Capítulos e Verbetes para os estratos definidos no **Roteiro de Avaliação de Livros**:

Definição dos estratos para avaliação de livros

L4 = Obras de relevância e potencialidade de impacto atestadas por especialistas da área – do Brasil ou do exterior – e que representem efetiva inovação para o campo do conhecimento.

L3 = Todas as obras que atendam aos critérios explicitados nos estratos inferiores, que tenham sido selecionadas para serem enviadas a pareceristas *ad hoc*, podendo ser reclassificadas em estratos superiores. As obras serão selecionadas pela Comissão de Avaliação de Livros segundo indicadores como esforço editorial, estrutura geral da obra, eventual premiação, eventual apresentação ou prefácio de pesquisador reconhecido na área, eventual resenha crítica, inserção em coleções renomadas, qualidade da editora, entre outros.

Traduções comentadas de textos clássicos da tradição filosófica acompanhadas de introdução e notas e que possam ser consideradas de especial interesse para a área. Traduções em edições bilíngues de textos clássicos são especialmente relevantes.

L2 = Obras integrais, coletâneas ou volumes de coleções de divulgação e/ou didáticas, selecionadas pela Comissão de Avaliação de Livros segundo indicadores como esforço editorial, estrutura geral da obra, eventual premiação, eventual apresentação ou prefácio de pesquisador reconhecido na área, eventual resenha crítica, inserção em coleções renomadas, qualidade da editora, entre outros;

Obras oriundas de teses de doutorado, exceto as que, mediante exame das características da obra pela Comissão de Avaliação de Livros, possam ser classificadas em estrato superior;

Obras integrais originais com foco claramente definido e com contribuições teóricas e/ou metodológicas pertinentes à área;

Obras integrais originais com foco claramente definido e com contribuições teóricas e/ou



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

metodológicas pertinentes à área, traduzida ou vertida para outro idioma;
Traduções de obras e/ou textos de referência para área, com notas e/ou aparato crítico;
Coletâneas de um ou vários autores com foco claramente definido e justificado na apresentação; Coletâneas de vários autores de pelo menos quatro programas diferentes na área de Filosofia, com no máximo 1/3 de capítulos de um mesmo programa; Trabalhos completos publicados em anais (*proceedings*) ou organização de anais de congressos de sociedades científicas internacionais;
Obras publicadas por editoras reconhecidas ou de referência na área ou com perfil editorial pertinente à área; Esforço editorial igual ou superior a 280 mil caracteres sem espaços (cerca de 120 páginas).
Enciclopédias, dicionários ou compêndios organizados por pesquisadores ou associações científicas com reconhecimento na área.
Obras publicadas por editoras reconhecidas ou de referência ou com perfil editorial pertinente à área.

L1 = Apresentações, prefácios, posfácios; obras integrais ou coletâneas sem foco claramente definido; sem corpus determinado; que sejam mera junção de artigos; ou coletâneas agregando pesquisadores de um mesmo programa.

Obras integrais, coletâneas ou volumes de coleções, de caráter didático e/ou de divulgação, exceto as que, mediante exame de suas características, como relevância para a área e ampla utilização, pela Comissão de Avaliação de Livros, possam ser classificadas em estrato superior.

Obras oriundas de dissertações de mestrado, exceto as que, mediante exame das características da obra pela Comissão de Avaliação de Livros, possam ser classificadas em estrato superior.

Obs. 1: Obra *didática* é produção intelectual de caráter pedagógico, dirigida para a formação de profissionais ou alunos de graduação ou de pós-graduação.

Obs. 2: Obra de *divulgação* é produção intelectual de caráter informativo, dirigida ao público em geral, visando tornar disponíveis conhecimentos da área.

LNC = Produtos que preenchem as condições estabelecidas pela definição de livro, mas considerados inadequados para o conhecimento científico da área.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Pesos dos Estratos

	Livros autorais/ Coletâneas ¹	Capítulos/Verbetes (trava = valor da coletânea) ²
L4	300/270	90
L3	150/135	45
L2	75/66	22
L1	42/36	12
LNC	Zero	Zero

PRODUTOS TÉCNICOS/ EVENTOS

A área não possui um instrumento de avaliação de eventos. Embora a organização e a participação em eventos seja de caráter fundamental para promover o diálogo entre os pesquisadores, docentes e discentes, considera-se que isso pode ser melhor avaliado levando-se em conta os resultados publicados dos eventos, sobretudo em anais e atas.

Quanto à produção técnica, se entendemos por isso material didático, homepages, sites, blogs, aulas gravadas, *webaulas* e outros recursos do tipo, trata-se de experiência recente em nossa área, com isso não temos nenhuma sistemática específica para a avaliação desses produtos, que cada vez adquirem mais importância e que devem receber atenção especial nas próximas avaliações. As comissões deverão, contudo, valorizá-los.

¹ A pontuação distingue o valor de livros autorais e de coletâneas de um ou mais autores.

² A pontuação distingue o valor dos capítulos e/ou verbetes das coletâneas de vários autores, sendo o limite de atribuição de pontos de capítulos e/ou verbetes a um programa estabelecido pelo valor total da coletânea.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

V. Fichas de Avaliação para o Triênio 2010-2012		
MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO		
Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	40%	Desenvolvimento do programa tendo em vista a proposta inicialmente aprovada, sua evolução no triênio com eventuais mudanças de área e/ou linhas de pesquisa, criação de novas disciplinas e como essas mudanças se articulam com a proposta geral do programa.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	40%	Projeto a médio prazo do programa com seus objetivos, prioridades e metas para o futuro, sobretudo o próximo triênio, considerando-se projetos de expansão, convênios, cooperação nacional e internacional.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	20%	Recursos disponíveis para ensino e pesquisa, sobretudo utilização de bases de dados, tais como o Portal da Capes. É importante a existência de bom acervo bibliográfico de fácil acesso ao usuário e o investimento em recursos computacionais para o corpo docente e discente (incluindo Datashow, etc). A existência de uma homepage do programa e de sites de professores e de grupos de pesquisa será levada em conta.
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	20%	Formação e titulação do corpo docente coerente com a área e a proposta do programa, valorizando-se a interdisciplinaridade quando adequadamente relacionada às linhas e projetos de pesquisa e levando-se em conta o planejamento da renovação do quadro.
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	30%	Adequação da atuação do docente em ensino e pesquisa às atividades do programa e às suas linhas de pesquisa, incluindo participação em projetos financiados.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	40%	Todos os docentes devem participar de projetos de pesquisa e ministrar disciplinas ao menos uma vez por ano. Deve haver equilíbrio

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		na participação de docentes na orientação de teses e dissertações, respeitando-se o teto máximo de 15 orientandos por orientador estabelecido pela Capes e evitando-se docentes sem orientação, a menos que justificado. A inclusão de docentes colaboradores e visitantes no corpo docente é desejável, sem significar dependência desses docentes para atividades de ensino e de orientação, portanto em número que não ultrapasse 20% do corpo docente.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	10%	Valorização da formação do pesquisador desde a graduação, sobretudo quanto a orientação de monografias, TCC, PIBIC, PIBID.
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	15%	Quantidade de dissertações e teses defendidas em relação ao ingresso de alunos e à dimensão do corpo docente.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	25%	A distribuição deve ser equitativa entre os docentes do corpo permanente, relacionando-se às diferentes linhas. Levar em conta se há membros do corpo docente sem orientandos ou com número entre 2 e 1. Esses casos, excepcionais, devem ser justificados.
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	45%	Será dada especial atenção às várias formas de divulgação das pesquisas discentes e dos resultados de dissertações e teses através de artigos, livros e capítulos de livros, e participação discente em eventos. Premiação de teses e dissertações será levada em conta. Um indicador importante da qualidade é a composição das bancas que devem incluir especialistas na área e membros externos ao programa.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	15%	A referência é o tempo médio de titulação de 24 meses no mestrado e 36 no doutorado, com possibilidades de prorrogação justificada e levando em conta, especialmente a relação com o número de orientandos por orientador. O número de orientandos não deve acarretar aumento do tempo de conclusão.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

4 – Produção Intelectual	35%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	50%	Classificação no Qualis dos periódicos em que artigos são publicados e avaliação das publicações de livros e capítulos (incluindo anais) segundo o Instrumento de Avaliação de Livros da Área. É desejável que as publicações no caso de artigos concentrem-se nos estratos superiores A1-B1) do Qualis periódicos e que no caso de livros e capítulos se concentrem nos níveis superiores do Instrumento de Avaliação, ou seja L3 e L4. Livros autorais são particularmente valorizados.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	Espera-se que todos os docentes publiquem no período, levando-se em conta a distribuição das publicações e a qualidade dos veículos.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	20%	Participação e organização de eventos, no país e no exterior, participação em bancas examinadoras, e em comissões de agências financiadoras, pareceres e consultorias ad hoc, páginas, web sites, aulas gravadas, material didático on-line de autoria do corpo docente.
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	40%	Intercâmbios, convênios, projetos de cooperação, participação dos docentes em atividades sociais e extra-curriculares, presença nos meios de comunicação social.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	40%	Importância de formação de redes de programas integrados, de Procad, Minter e Dinter, cursos de extensão e de especialização, participação em projetos envolvendo o ensino de Filosofia, sobretudo no Ensino Médio e de interação da pós-graduação com outros níveis de ensino.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	20%	Importância da divulgação, incluindo a homepage do programa, e do acesso a informações sobre o curso tais como, programas de disciplinas e cursos, divulgação de eventos, trabalhos de alunos e professores.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

MESTRADO PROFISSIONAL		
Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	30%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	10%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	30%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área.
2. Corpo Docente	25%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	- Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17,

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional) - Examinar se o Corpo Docente atua em P,D&I nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	30%	- Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes. - Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais. -Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009 : “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	20%	- Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes
3. Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa	30%	- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período. - Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		número de docentes do programa.
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	40%	- Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	30%	- Examinar a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.
4. Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	30%	- Examinar o número total de publicações de docentes permanentes do programa no triênio.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	30%	Examinar o número total da Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras: Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros). Artigos publicados em periódicos técnicos. Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais. Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor. Elaboração de protocolos, normas ou programas. Consultoria ou assessoria técnica. Produtos técnicos. Protótipos. Patentes. Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da área.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	20%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

5. Inserção Social	15%	
5.1. Impacto do Programa	30%	<p>- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.</p> <p>- Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal, etc.), nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados</p>



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.</p> <p>h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.</p>
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	25%	- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	25%	- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa	20%	- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, poderá ser realizada



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo Curso/ Programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.</p> <p>- Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Portaria CAPES nº 13/2006)</p>
--	---

VI. Considerações e definições sobre internacionalização/ inserção internacional

A área de Filosofia possui uma dimensão internacional quanto à temática e à metodologia de suas pesquisas, desde a sua origem dado o caráter abstrato e universalista de sua temática. Não há, talvez com raríssimas exceções, temáticas regionais ou nacionais, desde o surgimento historicamente da Filosofia. Mesmo que o ponto de partida da reflexão seja contextual determinado, o objetivo do trabalho filosófico é realizar uma reflexão de alcance conceitual e argumentativo que ultrapasse os limites desse ponto de partida em um sentido de abstração e generalidade.

Por sua vez, a internacionalização da pesquisa e do trabalho em pós-graduação pode ser ilustrada concretamente por um número significativo de docentes atuantes em programas de pós-graduação na área ainda hoje que realizaram doutorados plenos em grandes centros no exterior sobretudo França, Alemanha, Bélgica, Grã-Bretanha e Estados Unidos, do final dos anos 60 ao início dos anos 80, quando o doutorado no país ainda se encontrava em processo de implantação. Os vínculos estreitados nesse período se mantiveram em sua maior parte ativos, possibilitando um intercâmbio permanente com a maioria desses centros, sobretudo, nos programas mais antigos na área. A área possui uma forte tradição de pós-doutorado e estágio sênior no exterior, que vem permitindo a continuidade desse vínculos. É importante que aqueles que recebem bolsas das agências para realização de pesquisas no exterior possam ser os agentes dessa internacionalização ao participar efetivamente de pesquisas com colegas de grandes centros que resultem em publicações individuais ou conjuntas em veículos internacionais. Doutorados sanduíche também têm sido uma experiência regular na área e têm contribuído efetivamente para a qualidade das teses. Professores visitantes e convidados



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

estrangeiros por períodos mais longos ou mais curtos têm sido também uma experiência regular. Mais recentemente com a consolidação da área temos constatado um intercâmbio mais simétrico com docentes de nossos programas sendo regularmente convidados para centros de pesquisa no exterior, principalmente através de convênios específicos, boa parte deles financiados pela Capes e por agências equivalentes no exterior. Exemplos são o Capes-Cofecub e o Probal, havendo também outros.

Do ponto de vista das pesquisas e publicações, a internacionalização significa participação efetiva do corpo docente e discente em intercâmbio com centros de ensino e pesquisa no exterior que sejam referência na área. Significa também o reconhecimento internacional do trabalho feito pelo corpo docente (e eventualmente discente) de nossos programas de pós-graduação em uma relação tão simétrica quanto possível entre os programas nacionais e do exterior. Isso se reflete em:

- 1) Convites regulares ao corpo docente para ministrar cursos, conferências, participar em bancas examinadoras, participar de comissões organizadoras de eventos.
- 2) Participação em eventos científicos e publicações em veículos internacionais de excelência reconhecida, prêmios recebidos, publicações em anais de eventos e de livros e capítulos no exterior, inclusive em coautoria com professores e pesquisadores de instituições no exterior.
- 3) Frequência de realização de estágios sênior e de pós-doutorado, sobretudo com bolsa, em instituições de reconhecida importância na área no exterior.
- 4) Existência de convênios internacionais e projetos de cooperação com financiamento.
- 5) Presença no programa de alunos estrangeiros.
- 6) Participação efetiva e regular de professores e pesquisadores de centros de excelência no exterior nas atividades do programa, resultando em projetos em comum e em publicações conjuntas.
- 7) Participação do corpo discente em programas de intercâmbio, destacando-se bolsas sanduíche.

Espera-se que todos os programas tenham algum grau de internacionalização, refletindo-se em pelo menos 3 dos itens indicados acima.

Os programas 6 e 7 são aqueles em que a internacionalização se encontra concretizada de forma regular, bem distribuída pelo corpo docente e atendendo ao maior número possível de itens característicos da internacionalização, listados acima de 1 a 7.

Além disso, os programas 6 e 7 devem ter indicadores inequívocos de liderança na área no sentido de:

- 1) Participação em redes e associações com programas induzidos pela CAPES
- 2) Reconhecimento nacional e internacional de suas pesquisas, de sua produção intelectual, principalmente publicações, consideradas referência na área, o que pode refletir-se em premiações nacionais e internacionais dos docentes e discentes.
- 3) Exercício de parte expressiva do corpo docente em cargos de administração acadêmica e participação em comissões de agências e organizações, nacionais e internacionais, de relevância para a área.
- 4) Existência regular de projetos e convênios de cooperação nacional e internacional.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

5) Presença de egressos no corpo docente de instituições de ensino e pesquisa de outros países.

Esses indicadores devem distribuir-se de forma equilibrada entre o corpo docente.

O programa 7 é aquele em que o reconhecimento nacional e internacional é evidente e em que os itens acima aplicam-se a pelo menos 2/3 do corpo docente.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Identificação

Área de Avaliação: **FILOSOFIA/TEOLOGIA - Subcomissão TEOLOGIA**

Coordenador de Área: Danilo Marcondes de Souza Filho (PUC-RJ)

Coordenador-Adjunto *ad hoc* da Subcomissão Teologia: Haroldo Reimer (UEG)

Coordenador-Adjunto de Mestrado Profissional: Remi Kein (EST)

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

Na CAPES, os programas e cursos de Teologia e Ciências da Religião (ou variantes terminológicas) estão alocados na Subcomissão Teologia dentro da Área de Filosofia/Teologia. A Área da Subcomissão está em processo de consolidação, com atualmente 18 (dezoito) programas em funcionamento. Há aspiração em constituição de área própria na CAPES, dentro do código 44, propondo-se a nomenclatura de Ciências da Religião e Teologia, conforme proposição a partir do Seminário de coordenadores.

A consolidação se verifica pelo aumento do número de programas e cursos nos últimos anos, bem como pelo aumento qualitativo e quantitativo da produção docente e discente, bem como pela quantidade e qualidade das dissertações e teses, não só nos programas de excelência, mas no conjunto da área. Esse grau de consolidação também se verificou na busca pela organização de Minter e Dinter, bem como pela submissão de propostas de cursos novos.

A Comissão de avaliação do triênio 2007-2009 havia considerado que os centros de excelência poderão demonstrar maior inserção em nível internacional. Novos centros de excelência terão condições de se consolidar no triênio 2010-2012.

Por essa razão a Coordenação de Área julgou importante fazer constar no Documento de Área sua percepção da urgência e da oportunidade de continuar a discussão, já iniciada com a comunidade da pós-graduação em Filosofia e em Teologia e Ciências da Religião, sobre o estabelecimento de critérios melhor definidos para a adequada interpretação do que se deve entender por internacionalização, interdisciplinaridade e relação da pós-graduação com a Educação Básica, tendo em vista o atual estágio de consolidação e desenvolvimento dos programas.

O número de programas e cursos tem aumentado ao longo dos anos. O primeiro programa foi criado em 1972, chegando no ano de 2000 com 9 (nove) programas. Na última década houve um crescimento de 100 (cem) por cento, havendo, ao final do triênio 2010-2012, 18 (dezoito) programas em funcionamento.

Os cursos estão assim distribuídos em termos regionais, sendo que o quadro evidencia assimetria:

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	Mestrado	MP	Doutorado
Norte	1	-	-
Nordeste	2	-	-
Centro-oeste	1	-	1
Sudeste	8	1 (FUV)	5
Sul	4	2 (EST, FTBPr)	1

Quadro atual das notas dos programas:

- **Nota 3:** 9 programas : UFPB/JP, UNICAP, PUC-MG, UPM, PUC-PR, UEPA, UNIFAI (atualmente PUC-SP), FUV (MP); FTBP (MP).
- **Nota 4:** 3 programas: PUC-RS, PUC-GO, EST (MP).
- **Nota 5:** 4 programas: PUC-Rio, PUC-SP, UFJF, UMESP.
- **Nota 6:** 2 programas: FAJE, EST.

Programas 3X3 (programas com nota 3 em três avaliações consecutivas): UNIFAI (incorporada pela PUC-SP), UPM.

A área no PNPg 2011-2020

A área de Filosofia/Teologia não recebeu nenhum destaque especial no Plano Nacional de Pós-graduação 2011-2020.

INTERDISCIPLINARIDADE

Na CAPES, a área de Ciências da Religião e Teologia está alocada como subcomissão dentro da área de Filosofia/Teologia, havendo, contudo, anseio por parte da comunidade acadêmica dos atuais 18 (dezoito) programas de pós-graduação para a constituição de uma área autônoma. Esta possível nova área deverá construir seu campo epistemológico próprio, salvaguardando as diferenças, as especificidades e as convergências quanto ao nome binário.

Enquanto subcomissão, não houve encaminhamento a CAPES de propostas de criação de cursos de caráter interdisciplinar, nem se detecta na área Interdisciplinar programas que tenham uma presença forte da Teologia ou Ciências da Religião, registrando-se tão somente participações pontuais de docentes vinculados à área em alguns programas interdisciplinares.

A Teologia, em seu nascedouro e desenvolvimento, especialmente na Idade Média, manteve relação de proximidade com a Filosofia. Questões comuns sobre metafísica e ética, por exemplo, constituíam objeto de diálogo, com convergências e também dissonâncias e distanciamentos. O desenvolvimento de metodologias histórico-críticas na Modernidade está associado com a emergência da filosofia crítica, nos caminhos de Descartes, Spinoza, Nietzsche e outros. Nem todos os ramos da Teologia trilharam o caminho da crítica, estando esta mais fortemente vinculada com a expressão judaico-cristã. No século 19, o pensamento crítico provocou rupturas no modo



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

operacional platônico-medieval da Teologia, construindo mais fortemente relações interdisciplinares com a Filologia, a História e a Arqueologia. A exegese histórico-crítica e a pesquisa histórica da trajetória do cristianismo, da teologia e de outras religiões, num viés comparativo, passaram a ter presença obrigatória nas matrizes curriculares dos cursos de Teologia. A abertura às dimensões psicológicas das atividades religiosas abriu diálogo com a Psicologia, reformulando e enriquecendo importantes conceitos teológicos. A Teologia, hoje, ademais de suas funções normativas dentro de determinados segmentos religiosos, se constitui em um espaço de reflexão crítica e sistematizada sobre a fé ou o fenômeno religioso enquanto parte integrante da cultura não material de um povo. Neste trabalho há um diálogo com outras ciências, especialmente, com as humanas e sociais.

No século 20, a Ciência da Religião (ou denominações alternativas) foi se firmando como uma área autônoma em relação à Teologia, para o estudo das religiões mais diversas, na tradição da *Religionswissenschaft* alemã e desdobramentos posteriores em outros países e línguas. Passou-se das elaborações sobre a ontologia do divino para considerações mais empíricas sobre as doutrinas e práticas das religiões. O campo das Ciências da Religião é por excelência um espaço multidisciplinar, que busca analisar o fenômeno, fato ou evento religioso enquanto expressão humana, cultural e histórica. Disciplinas como Teologia, Antropologia, Psicologia, Filosofia, Sociologia, História e Geografia [das religiões] se fazem presentes nas análises e estudos na busca de uma compreensão interdisciplinar de seu objeto. Recentemente verificam-se também aproximações com as ciências cognitivas e da linguagem.

Contemporaneamente, o campo das Ciências da Religião e Teologia se divide em duas grandes linhas, perseguindo cada uma suas especificidades teóricas, embora nem sempre tão claramente perceptíveis na prática. Tanto numa perspectiva quanto noutra, a interdisciplinaridade está presente. Com frequência encontramos no corpo docente de programas de pós-graduação em Teologia ou Ciências da Religião docentes com formação em diferentes áreas afins como História, Filosofia, Educação, Ciência Política, Psicologia, Direito e outras, que desenvolvem diversas interfaces entre estas áreas de conhecimento com tópicos do campo religioso.

As Ciências da Religião (ou suas variantes) e a Teologia têm nesse sentido vocação interdisciplinar e a reflexão epistemológica contemporânea mostra como as fronteiras tradicionais entre as diversas áreas vão sendo superadas, evidenciando também que muitas questões novas só podem ser tratadas através da integração entre diferentes saberes.

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

A Subcomissão Teologia, por meio de seus projetos de pesquisas, atividades de extensão e seus cursos de graduação em Teologia, em Ciências da religião (ou variantes), em Pedagogia com ênfase em Ensino Religioso, cursos de na atualização de professores/as da educação básica brasileira, contribui no campo da história, geografia, filosofia, ou seja, especialmente na área das humanidades. As publicações oriundas da produção de conhecimento vinculadas aos programas de



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Ciências da Religião e Teologia fornecem subsídios para cursos de graduação e para a formação permanente de profissionais da educação básica ampliando os estudos no campo da inferência da religião na sociedade. Outro campo é o ensino religioso, especialmente a partir da homologação do artigo da Lei n. 9475/97 (LDB), quando surge a necessidade de um profissional qualificado com a perspectiva sócio-cultural-religiosa. Diante desse quadro e em vista da urgência de incrementar a formação humana integral, a área tem como objetivo colaborar para a formação docente para uma educação básica democrática e laica e que vislumbre o desenvolvimento integral de um cidadão que possa fazer uma leitura crítica e participativa de sua realidade social.

II. Requisitos e orientações para Propostas de Cursos Novos

Tendo em vista a preocupação permanente da área de Filosofia/Teologia com o desenvolvimento, a expansão e a consolidação dos programas de pós-graduação na área, estabelecemos em seguida diretrizes gerais para a apresentação de propostas de cursos novos, complementares ao que consta do Documento de Área de 2007-2009.

O Documento de Área e a Orientação que se segue constituem as diretrizes básicas segundo as quais a Comissão de Avaliação de propostas de cursos novos fará seu julgamento. Esclarecemos que com base em determinação da Diretoria de Avaliação da CAPES, homologada pelo CTC-ES, compõem a Comissão de Avaliação, além dos membros da área de Filosofia, Subcomissão Teologia, dois membros externos, de outras áreas diferentes.

I. Proposta do curso

Deve evidenciar claramente a(s) área(s) de concentração do curso e a articulação das linhas de pesquisa com esta(s) área(s). As linhas de pesquisa devem ser claramente definidas e os projetos e disciplinas do curso devem estar articulados às linhas, devendo isso ser adequadamente explicitado na descrição dos projetos e na ementa das disciplinas, que deve incluir bibliografia atualizada. Entende-se assim que um programa deve funcionar de forma integrada e que é desta forma que poderá melhor concretizar seus objetivos.

É possível haver projetos de pesquisa isolados, isto é, sem vínculo direto com as linhas, desde que isso não seja em número que venha a comprometer a organicidade do curso e que se justifique a partir de interesses específicos do corpo docente. Tem sido desta forma que posteriormente surgem novas linhas de pesquisa.

O corpo docente deve ter formação e experiência acadêmica na(s) área(s) e nas linhas de pesquisa definidas. As linhas de pesquisa devem incluir pelo menos dois projetos. Os projetos devem incluir pelo menos dois docentes permanentes com formação e experiência específica. É importante a participação discente (de pós-graduação e mesmo de graduação) nos projetos. Um docente



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

permanente não deve, em princípio, participar de mais de dois projetos de pesquisa ao mesmo tempo. Exceções deverão ser justificadas.

A estrutura curricular deve caracterizar claramente a organização do curso, a natureza das disciplinas (obrigatória, optativa, optativa por linha, etc.) assim como sua ementa e bibliografia. No caso de proposta de curso novo de doutorado, deve ser explicitada sua relação com o curso de mestrado, indicando área(s), linhas de pesquisa, projetos e disciplinas em comum ou específicas do doutorado.

É importante que a proposta venha acompanhada do Regimento Interno do programa de pós-graduação de que devem constar os critérios e procedimentos de credenciamento dos docentes, o processo e a periodicidade de seleção de alunos, o número de vagas oferecidas e os critérios de avaliação.

O compromisso institucional em assegurar as condições essenciais para implantação do curso tais como biblioteca atualizada e acesso a bases de dados, salas para pesquisa para discentes equipadas com computadores, salas para atendimento e orientação, etc., deve ser claramente explicitado em documento das instâncias deliberativas pertinentes.

II. Corpo Docente

O corpo docente, composto por docentes permanentes, visitantes e colaboradores segundo definição da Capes, deve ter titulação na área ou em áreas afins, devendo essa afinidade ser explicitada. É importante que a titulação e a experiência acadêmica dos docentes sejam pertinentes à área do curso e a seus projetos de pesquisa. O corpo docente deve ser composto de um núcleo de docentes permanentes, responsáveis pelo ensino, pesquisa e orientação discente. Embora a área de Filosofia não tenha um número mínimo estabelecido, o corpo docente permanente deve dar conta das disciplinas a serem oferecidas, da orientação discente (no máximo oito orientandos por orientador, de acordo com as Portarias CAPES nº 01 e nº 02 de 2012) e da realização dos projetos de pesquisa. É desejável a participação de professores colaboradores e visitantes no curso, devendo nesse caso ser explicitado o tipo de colaboração (orientação, co-orientação, oferecimento de disciplinas, participação em pesquisa) a ser realizada. No caso de um curso novo de mestrado é importante que o corpo docente permanente tenha em sua maioria experiência em orientação de monografias, trabalhos de conclusão de curso e pesquisas de iniciação científica em graduação, caso não tenha experiência prévia em curso de pós-graduação. No caso de curso de doutorado, a maioria do corpo docente permanente deve ter experiência em pesquisa e produção intelectual que revelem maturidade acadêmica adequada ao desenvolvimento da pós-graduação em nível de doutorado. Além disso, cada membro do corpo docente deve ter pelo menos uma experiência bem sucedida de orientação de dissertação de Mestrado.

III. Produção Intelectual

O corpo docente permanente deve ter experiência acadêmica que revele a maturidade esperada em um curso de pós-graduação. A produção intelectual do corpo docente permanente, incluindo



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

publicações (artigos, livros, capítulos de livro e versão integral de trabalhos em anais de eventos), apresentação de trabalhos e participação em eventos acadêmicos na área, ou em áreas afins, deve contribuir diretamente para o desenvolvimento da pesquisa no curso e ter relação direta com a área do curso, suas linhas e projetos de pesquisa.

IV. Mestrado profissional

Na Subcomissão de Teologia existem 3 (três) programas de mestrado profissional em funcionamento, um em Ciências da Religião e dois em Teologia, sendo que um destes acontece paralelamente ao mestrado e doutorado acadêmico (EST) e outro iniciou suas atividades em final de 2012.

Uma proposta de mestrado profissional deve satisfazer as mesmas condições de um mestrado acadêmico indicadas anteriormente nos itens I-III; porém, deve incluir adicionalmente uma clara definição do que o curso entende como seu caráter profissional. Para isso, deve ser indicada a contribuição da pesquisa realizada no curso para possíveis aplicações em atividades relevantes para a comunidade, empresas e organizações sociais públicas e privadas. A caracterização da área, linhas de pesquisa e projetos deve deixar claro em que sentido o curso pretende dar aos discentes uma formação profissional e qualificá-los para o mercado de trabalho através das pesquisas realizadas. Parte expressiva do corpo docente (cerca de 30%) deve ter experiência comprovada nessas atividades. As linhas e projetos de pesquisa devem evidenciar a relação entre pesquisa acadêmica e suas possibilidades de aplicação técnica ou social.

O corpo docente deve ser integrado, de forma equilibrada por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (Portaria Normativa MEC nº 17 de 28 de dezembro de 2009).

III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

Na Área se entende que a avaliação é um instrumento fundamental para uma visão mais completa da área e do sistema de pós-graduação e para o planejamento de seu desenvolvimento e consolidação de modo a que possa contribuir para o amadurecimento do debate sobre questões relativas ao fenômeno religioso na sociedade, para a produção do conhecimento, para a ampliação de forma de atuação, inclusive no cenário internacional e, sobretudo, para a formação de profissionais, professores e pesquisadores, bem qualificados, que serão aqueles que levarão adiante esse projeto. Dos dados fornecidos e dos critérios adotados deverá emergir um retrato da área que permita à comunidade como um todo e aos programas definir seus objetivos e metas e estabelecer suas prioridades dentro do contexto mais amplo de uma política de pós-graduação, que pense seu papel na Educação Brasileira e que possa, a partir disso, ter uma real interlocução internacional.

A Ficha de Avaliação, principal instrumento deste processo, deverá orientar a Comissão de Avaliação Trienal quanto à análise do perfil acadêmico do curso analisado. Os parâmetros adotados



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

devem ser aplicados de forma equitativa a todos os cursos, respeitando-se especificidades, por exemplo, cursos novos que ainda não tiveram dissertações e teses defendidas no período. A avaliação deverá ter o cuidado em equilibrar os elementos quantitativos e qualitativos na análise do curso. Como as características qualitativas não são mensuráveis da mesma maneira que as quantitativas, que adotam critérios mais objetivos, para a análise qualitativa, conta-se com a experiência acadêmica, a representatividade e o conhecimento da área dos membros que compõem a comissão. Levar-se-á em conta para isso o reconhecimento da qualidade da produção docente e discente pela comunidade acadêmica, sendo que os cursos com notas mais elevadas são aqueles que são considerados referência na área, ou seja, cujos docentes têm destaque como orientadores e por sua participação nas atividades da comunidade acadêmica. Levar-se-á em conta igualmente o caráter inovador da produção docente e discente na medida em que apresentam interpretações originais de temas tradicionais, contribuem para a discussão de temas em pesquisa de ponta e para ampliação do papel da filosofia em uma perspectiva interdisciplinar.

É a maneira como os diferentes programas contribuem de modo geral para esses objetivos e metas que constitui o pano de fundo da avaliação.

A avaliação baseia-se, portanto, em três eixos:

(1) A proposta do curso que define seus objetivos e o modo de realizá-los, estruturando-se em torno da área de Ciências da Religião e Teologia; das linhas de pesquisa; dos projetos e das disciplinas oferecidas. É importante assim que haja articulação entre linha, projeto e disciplinas de modo que o curso possa se desenvolver de forma orgânica, sem prejuízo de especificidades e contemplando as alterações que resultam de seu desenvolvimento natural.

(2) O corpo docente composto de professores permanentes, com a contribuição de colaboradores e visitantes, que tenham formação e qualificação adequadas à realização desta proposta. Espera-se também que tenham, os mais novos, grande potencial para a pesquisa, os mais experientes, uma tradição em pesquisa já consolidada e cuja produção seja publicada e difundida de modo assim contribuir para o debate e a produção do conhecimento na área e em áreas afins, em nível nacional e internacional. Embora não haja um número mínimo para o corpo docente, espera-se que esses docentes permanentes sejam capazes de desenvolver a proposta formulada, realizando pesquisas, publicando e orientando teses e dissertações. Portanto o número de docentes permanentes deve ser suficiente para dar conta dessas atividades, sobretudo das orientações, sem dependência de visitantes e colaboradores, cuja participação é mais limitada e cujo número não deve ultrapassar 20 (vinte) por cento do total.

(3) O corpo discente, devendo haver uma preocupação específica quanto à seleção, de modo que sejam admitidos os que têm o perfil de pesquisadores. Além disso, é fundamental que o programa conte com formas de preparar a futura tese ou dissertação, tais como seminários, defesa de projeto e exame de qualificação. A qualidade das teses e dissertações é um dos objetivos centrais de um programa de pós-graduação uma vez que com isso se concretiza a formação do pesquisador e sua contribuição ao conhecimento. Para tanto, devem ser valorizadas as bancas examinadoras,



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

compostas de especialistas no tema e sempre com a participação de membros externos ao programa.

A prática regular de autoavaliação institucional por parte dos programas é recomendável, sendo uma forma fundamental de contribuição para a revisão e o amadurecimento do processo como um todo.

A nota atribuída aos programas deverá ser compatível com o seguinte perfil dos programas, estabelecidos no Documento de Área elaborado no final do triênio passado e revisto à luz das discussões nos seminários de acompanhamento e no CTC, a saber:

Nota 3 (três)

O programa com **nota 3** deve satisfazer cumulativamente as seguintes condições:

- a) ter a maior parte dos docentes no corpo permanente com formação específica e/ou atuação reconhecida na área do saber; área de concentração e linhas de pesquisa bem estabelecidas, com projetos adequadamente vinculados às mesmas, e regularidade na produção docente, em termos de qualidade e periodicidade;
- b) O programa deve demonstrar perspectivas de progresso e crescimento (entradas e defesas regulares, estabilidade de pelo menos 2/3 (dois terços) do corpo docente, efetivo apoio institucional).

Nota 4 (quatro)

O programa de **nota 4** deve apresentar todas as características de um programa de nota 3 e além delas, estar claramente consolidado. A consolidação se traduz pelas seguintes características:

- a) estabilidade do corpo docente, enfatizando-se a importância de docentes permanentes;
- b) incremento substancial de publicações (média por docente no triênio de pelo menos 3 (três) artigos divulgados em veículos classificados pelo menos no estrato B3 do Qualis Periódicos da área e/ou 3 (três) capítulos ou 1 (um) livro qualificados ao menos no estrato L2;
- c) equilibrada distribuição da produção intelectual docente, bem como das orientações e defesas de dissertações/teses e da oferta de disciplinas;
- d) fluxo adequado e regular das titulações, considerando a média da área;
- e) regularidade, qualidade e equilibrada distribuição da produção discente.

Nota 5 (cinco)

O programa de **nota 5** é considerado de excelência na área, sendo programa fortemente consolidado. Deve satisfazer todas as exigências de um programa de nota 4 (quatro) e, além disso, apresentar as seguintes características:

- a) corpo docente qualificado, com maturidade acadêmica.
- b) produção docente de alta qualidade, com predomínio de publicações classificadas pelo menos no estrato B2 do Qualis Periódicos da área e/ou livros e capítulos ao menos no estrato L3;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

c) intercâmbios efetivos e regulares com instituições afins para cooperações acadêmicas e técnicas.

Os programas com nota 5 (cinco) ou superior devem apresentar também indicadores de liderança, indicadores de nucleação e indicadores de solidariedade, além de indicadores de internacionalização, conforme especificado abaixo.

Indicadores de liderança

Serão considerados indicadores de liderança dos programas os seguintes itens:

- Atração de alunos de diferentes regiões do país e de outros países
- Proporção de docentes participando de comitês de área no CNPq, DECIT, FINEP, CAPES, etc., ou de agências de fomento internacionais.
- Premiações, nacionais ou internacionais, recebidas pelos docentes que tenham relação com as atividades de pesquisa ou atribuídas a seus orientandos.
- Proporção de docentes participando de diretorias de associações científicas nacionais e internacionais.
- Participação de docentes em cargos relevantes para a política nacional de educação, ciência e tecnologia.

Indicadores de nucleação

No que se refere à nucleação e ao destino dos egressos, prestar-se-á particular atenção à capacidade do PPG de formar mestres e doutores em quantidade e qualidade adequadas às demandas de expansão e de melhoria da qualidade das áreas de Filosofia e Teologia/Ciências da Religião. São indicadores de nucleação a participação dos egressos em:

- Atividades de ensino de graduação em outras IES em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação.
- Atividades de ensino de pós-graduação em outras IES em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação.
- Atividades de pesquisa em outras IES em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação.

Indicadores de solidariedade

São indicadores de solidariedade a cooperação com programas com nota 3 (três) ou 4 (quatro), que ainda não tenham curso de doutorado,

- Assessoria para a formulação de propostas de cursos novos;
- Participação em projetos conjuntos com grupos de pesquisa não consolidados;
- Participação em disciplinas, seminários e oficinas em cursos com nota 3 (três) ou 4 (quatro) (sem doutorado);
- Parceria de docência, pesquisa e orientação em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;
- Cursos em associação ampla.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

Foram realizados dois seminários de acompanhamento com a participação dos coordenadores de programas da área, o primeiro em 21 de outubro de 2011 e o segundo em 26 de novembro de 2012, cujos relatórios se encontram na página da área. Os seminários foram ocasiões importantes para se discutir e esclarecer pontos centrais do processo de avaliação, visando contribuir para que os programas possam realizar seu planejamento estratégico institucional e, desta forma, alcançar seus objetivos. Foram feitos esclarecimentos sobre o processo de avaliação com uma discussão sobre o Documento de Área e sobre a Ficha de Avaliação.

Discutiu-se também o Qualis Periódicos e o Instrumento de Avaliação de Livros sempre com a preocupação de considerá-los dentro de uma perspectiva mais ampla de uma política de publicações da área para que se possa debater quem são nossos leitores, qual o papel de nossas publicações, o que significa a produção do conhecimento e sua crítica no campo da Teologia e das Ciências da Religião. Mostrou-se importante a criação de um Fórum de Editores de periódicos que ajudou a formular uma política de publicação e qualificação dos periódicos, definindo as prioridades da área e os procedimentos para melhor realizá-las.

Um ponto fundamental da discussão consistiu em enfatizar os aspectos qualitativos da avaliação. Dispomos hoje de dados bastante completos que nos permitem realizar uma avaliação quantitativa sobre as características mais importantes da área como número e distribuição regional e por notas dos programas, crescimento da produção acadêmica, número e distribuição de teses e dissertações. Por outro lado, consideramos a avaliação quantitativa apenas como o ponto de partida da avaliação, que com base nos dados fornecidos deve então interpretá-los à luz das características e necessidades da área, de nosso entendimento do tipo de trabalho que se faz em Filosofia e de sua função acadêmica e social, de nossas prioridades, metas e objetivos e de nossa inserção no mundo acadêmico nacional e internacional.

Como proceder a uma avaliação qualitativa é sempre um grande desafio, já que precisamente se trata de algo não mensurável pelos métodos tradicionais. É esse o papel da Comissão de Avaliação que sendo representativa da área deve contribuir com sua experiência e conhecimentos para definir os parâmetros mais gerais e os critérios mais específicos da avaliação. Todo sistema de avaliação é sempre imperfeito, mas cabe a nós, os representantes da comunidade, contribuir para seu aperfeiçoamento a partir das sucessivas experiências de pós-graduação, revendo-as e aprimorando-as, como tem sido feito. Entendemos que em linhas gerais a qualidade se traduz pelo reconhecimento do trabalho realizado, o que mais uma vez depende da caracterização disso pelos membros da comissão dada a sua representatividade, sobretudo em uma área em que não se conta, de modo geral, com medidas como “fator de impacto”. Esse é o papel de uma avaliação por pares que identificará assim características não excludentes e complementares como: reconhecimento, originalidade e caráter inovador, papel didático-pedagógico, relevância do trabalho, potencial para desenvolvimento, ou seja, para motivar e influenciar outros trabalhos, participação no debate nacional e internacional e outros elementos significativos dessa natureza.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

IV. Considerações sobre Qualis-Periódicos (Artístico), Roteiro para Classificação de Livros / Eventos / Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

QUALIS-PERIÓDICOS

Durante o triênio foi feita a reclassificação de periódicos informados no Coleta-Capes de 2010, 2011 e 2012, sendo redefinidos os parâmetros ou critérios que nortearam a classificação ou reclassificação dos periódicos. Maiores informações sobre os trabalhos da Comissão estão disponibilizados na página da Área na Capes (www.capes.gov.br em “Avaliação”, “Páginas das áreas”).

Definição de periódico

Para a avaliação da produção referente aos programas de pós-graduação da Área de Teologia e Ciências da Religião considera-se como periódico a publicação que atender às seguintes condições:

- ser veículo de pesquisa acadêmica;
- ter editor responsável;
- ter conselho editorial;
- ter ISSN;
- apresentar normas de submissão;
- ter periodicidade e regularidade.

À discrição da Comissão, a especificidade dos periódicos estrangeiros será levada em consideração.

Estrato A1

Periódico de destacada qualidade e com efetivo grau de internacionalização, devidamente demonstrados em relatório pelos avaliadores e necessariamente superiores às exigências estabelecidas para o Estrato A2.

Estrato A2

Periódico que atende às exigências dos estratos anteriores e que se destaca pela reconhecida tradição na Área, pelo padrão internacional, pela qualidade e quantidade dos indexadores e bases de dados e pela periodicidade mínima semestral.

Para a alocação de periódico nacional no estrato A, a Comissão levará em conta, além da periodicidade e regularidade, o mérito, a qualidade do conjunto de artigos publicados, o grau de internacionalização e a repercussão na Área. Por internacionalização entende-se a publicação regular de artigos em língua estrangeira e a submissão de artigos por autores estrangeiros.

Estrato B1

Periódico publicado por programa de pós-graduação *stricto sensu*, sociedade científica de âmbito nacional ou internacional com reconhecimento na Área, instituição de pesquisa ou que seja publicado com apoio da CAPES, CNPq ou de fundação de direito público ou privado mediante



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

avaliação por pares e com presença em pelo menos duas bases de dados ou dois indexadores. Deverá ter publicação mínima de 18 (dezoito) artigos por volume, dos quais 60 por cento de autores vinculados a pelo menos quatro instituições diferentes da que edita o periódico, com indicação da afiliação institucional. Deverá atender por dois anos consecutivos aos critérios de periodicidade e regularidade. A avaliação dos artigos deverá ser pela modalidade de *blind review* ou apresentar reconhecida avaliação por pares ou, segundo as situações, publicações consideradas referência na Área.

Estrato B2

Periódico publicado por programa de pós-graduação *stricto sensu*, sociedade científica de âmbito nacional ou internacional com reconhecimento na Área, instituição de pesquisa ou que seja publicado com apoio da CAPES, CNPq ou de fundação de direito público ou privado mediante avaliação por pares. Deverá ter publicação mínima de 14 (quatorze) artigos por volume, dos quais 45% (quarenta e cinco por cento) de autores vinculados a pelo menos quatro instituições diferentes da que edita o periódico, com indicação da afiliação institucional.

Estrato B3

Periódico publicado por programa de pós-graduação *stricto sensu*, sociedade científica de âmbito nacional ou internacional com reconhecimento na Área, instituição de pesquisa ou que seja publicado com apoio da CAPES, CNPq ou de fundação de direito público ou privado, mediante avaliação por pares. Deverá ter publicação mínima de 10 (dez) artigos por volume, dos quais 30% (trinta por cento) de autores vinculados a pelo menos três instituições diferentes da que edita o periódico, com indicação da afiliação institucional.

Estrato B4

Periódico publicado por programa de pós-graduação *stricto sensu*, sociedade científica de âmbito nacional ou internacional com reconhecimento na Área, instituição de pesquisa ou que seja publicado com apoio da CAPES, CNPq ou de fundação de direito público ou privado mediante avaliação por pares. Deverá ter publicação mínima de 10 (dez) artigos por volume, dos quais 20% (vinte por cento) de autores vinculados a pelo menos duas instituições diferentes da que edita o periódico, com indicação da afiliação institucional.

Estrato B5

Periódico que atende simplesmente às exigências mínimas próprias da publicação científica da Área, conforme acima elencadas.

Estrato C

Periódico que não atende aos critérios próprios da produção científica em nível de pós-graduação, como os veículos que se destinam à divulgação.

OBS: A área não utiliza fator de impacto.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Pontuação dos artigos conforme o estrato:

Estrato	Pontuação
A1	100
A2	85
B1	70
B2	50
B3	35
B4	20
B5	10
C	Zero

CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

A **Avaliação de Livros** da área de Filosofia/Teologia, Subcomissão Teologia-Ciências da Religião, será feita de acordo com os critérios e procedimentos a seguir.

1. Definição de Livro

Compreende-se por livro um produto impresso ou eletrônico que possua ISBN ou ISSN (para obras seriadas) contendo no mínimo 50 páginas ou 100 (cem) mil caracteres, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial.

2. Critérios para qualificação

Independentemente das áreas, a avaliação de livros será aplicada exclusivamente para classificação da *produção intelectual que resulte de investigação nas suas diferentes modalidades*. Para efeito desse roteiro deverão ser consideradas: obras integrais, coletâneas, dicionários ou enciclopédias, anais (texto completo) desde que seu conteúdo traduza a natureza científica da produção.

Convém observar que o quesito IV - Produção Intelectual - da Ficha de avaliação, inclui, além da produção científica, a produção técnica e a artística. Os critérios definidos para a avaliação dos livros com conteúdo científico poderão ser aplicados a estas outras modalidades de produção conforme decisão das áreas. No entanto, os resultados dessas avaliações serão computados nos itens correspondentes (4.3 e 4.4.) em separado da produção científica.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

3. Instrumento de Avaliação

Parte I: Dados de Identificação da Obra

Os dados de identificação da obra deverão ser preenchidos para todos os produtos classificados como livro e elegíveis para qualificação, segundo o critério adotado em cada área da avaliação. A identificação da obra deverá conter, ao menos, os dados que constam da ficha catalográfica, incluindo os códigos decimais digitais universais para permitir a classificação por área temática. A critério das áreas, outras informações podem ser acrescentadas, conforme exemplo apresentado abaixo. De qualquer modo, as informações catalográficas terão por finalidade a composição de listagem de todas as obras a serem avaliadas.

Parte II: Avaliação pela Comissão de classificação de Livros

A avaliação dos livros deve ser feita tendo em mãos o exemplar do produto (no caso de livro editado no exterior pode ser fotocópia) a ser qualificado para que o exame, pela Comissão, de suas características formais e de conteúdo possa permitir o correto preenchimento do instrumento.

A avaliação poderá contemplar as características particulares de cada área de modo a observar os dados mínimos para classificação do produto como livro, os aspectos formais da obra e o tipo e natureza do texto.

Dados mínimos - Compreendem esses requisitos obrigatoriamente o ISBN ou ISSN, dados equivalentes ao da ficha catalográfica, número mínimo de 50 (cinquenta) páginas ou 100 (cem) mil caracteres e autoria por docente e/ou discente de programa de pós-graduação.

Aspectos formais - Compreendem características de autoria, editoria, bem como informações adicionais sobre fontes de financiamento, reedição, prêmios etc. As informações adicionais correspondem a aspectos que podem valorizar a obra. Não são, porém, itens obrigatórios da avaliação.

Tipo e natureza do texto - Considerada a natureza científica, esse requisito prevê seu detalhamento bem como o tipo de obra avaliada (obra integral, coletânea, tratado, dicionário, enciclopédia, etc.).

Parte III: Avaliação do conteúdo da obra

A avaliação de conteúdo será baseada em três quesitos: relevância temática, caráter inovador da contribuição e potencial de impacto.

São sugeridos para avaliar os requisitos relevância, inovação e potencialidade de impacto, os seguintes pontos:

Relevância: contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico da área de conhecimento; contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes; atualidade da temática; clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados; rigor científico (estrutura teórica); precisão de conceitos, terminologia e informações; senso crítico no exame do material estudado; bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento; qualidade das ilustrações, linguagem e estilo.

Inovação: originalidade na formulação do problema de investigação; caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados; contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

para aplicações técnicas.

Potencialidade do Impacto: circulação e distribuição prevista; língua da publicação; reimpressão ou reedição; possíveis usos no âmbito acadêmico e fora dele.

4. Classificação nos estratos

A classificação dos livros nos níveis L1 a L4 será estabelecida pela pontuação atribuída pelas áreas aos aspectos formais, tipo e natureza da obra e avaliação de conteúdo. Além dos quatro estratos que serão utilizados para estabelecer pontos na avaliação da produção intelectual dos programas, deve estar previsto um estrato LNC - sem pontuação - para aquelas obras consideradas não classificáveis pelas comissões de avaliação. Os estratos superiores da classificação - L3 e L4 - devem ser reservados para as obras de maior relevância no desenvolvimento científico da área e na formação de mestres e doutores.

Convém observar, uma vez mais, que os capítulos serão considerados tendo por unidade de referência o livro no qual foram publicados. A soma de capítulos na mesma coletânea não pode ultrapassar a pontuação de uma obra integral para fins de avaliação da produção do programa. Assim, um mesmo autor poderá pontuar no máximo 2 (dois) capítulos incluídos na mesma obra.

Definição dos estratos para avaliação de livros

L4 = Obras de relevância e potencialidade de impacto atestadas por especialistas da área - do Brasil ou do exterior - e que representem efetiva inovação para o campo do conhecimento.

L3 = Todas as obras que atendam aos critérios explicitados nos estratos inferiores, que tenham sido selecionadas para serem enviadas a pareceristas *ad hoc*, podendo ser reclassificadas em estratos superiores; As obras serão selecionadas pela Comissão de Avaliação de Livros segundo indicadores como esforço editorial, estrutura geral da obra, eventual premiação, eventual apresentação ou prefácio de pesquisador reconhecido na área, eventual resenha crítica, inserção em coleções renomadas, qualidade da editora, entre outros.

L2 = Obras integrais, coletâneas ou volumes de coleções de divulgação e/ou didáticas, selecionadas pela Comissão de Avaliação de Livros segundo indicadores como qualidade editorial, estrutura geral da obra, premiação da obra, apresentação ou prefácio de pesquisador reconhecido na área, eventual resenha crítica, inserção em coleções renomadas, qualidade da editora, entre outros;

Obras oriundas de teses de doutorado, exceto as que, mediante exame das características da obra pela Comissão de Avaliação de Livros, possam ser classificadas em estrato superior; Obras integrais originais com foco claramente definido e com contribuições teóricas e/ou metodológicas pertinentes à área;

Obras integrais originais com foco claramente definido e com contribuições teóricas e/ou metodológicas pertinentes à área, traduzida ou vertida para outro idioma;

Traduções de obras e/ou textos de referência para área, com notas e/ou aparato crítico;

Coletâneas de um ou vários autores com foco claramente definido e justificado na apresentação;

Coletâneas de vários autores de pelo menos quatro programas diferentes na área de filosofia (três



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

para a área de Ciências da Religião e Teologia), com no máximo 1/3 (um terço) de capítulos de um mesmo programa; Trabalhos completos publicados em anais (*proceedings*) ou organização de anais de congressos de sociedades científicas internacionais;

Obras publicadas por editoras reconhecidas ou de referência na área ou com perfil editorial pertinente à área; qualidade da obra com volume superior a 280 mil caracteres sem espaços (cerca de 120 páginas).

Enciclopédias, dicionários ou compêndios organizados por pesquisadores ou associações científicas com reconhecimento na área.

Obras publicadas por editoras reconhecidas ou de referência ou com perfil editorial pertinente à área.

L1 = Apresentações, prefácios, posfácios; obras integrais ou coletâneas sem foco claramente definido; sem corpus determinado; que sejam mera junção de artigos; ou coletâneas agregando pesquisadores de um mesmo programa.

Obras integrais, coletâneas ou volumes de coleções, de caráter didático e/ou de divulgação, exceto as que, mediante exame das características da obra pela Comissão de Avaliação de Livros, possam ser classificadas em estrato superior.

Obras oriundas de dissertações de mestrado ou teses de doutorado, exceto as que, mediante exame das características da obra pela Comissão de Avaliação de Livros, possam ser classificadas em estrato superior.

Obs. 1: Obra *didática* é produção intelectual de caráter pedagógico, dirigida para a formação de profissionais ou alunos de graduação ou de pós-graduação.

Obs. 2: Obra de *divulgação* é produção intelectual de caráter informativo, dirigida ao público em geral, visando tornar disponíveis conhecimentos da área.

LNC = Produtos que preenchem as condições estabelecidas pela definição de livro, mas considerados como inadequados para o conhecimento científico da área.

A Comissão de Área estabeleceu a seguinte pontuação de Livros, Coletâneas, Capítulos e Verbetes para os estratos definidos no Roteiro de Avaliação de Livros:

INSTRUMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS

PARTE I: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA

Título da obra:

Autores (livro) ou Organizadores (coletânea) (especificar se for docente ou discente do Programa)

ISBN:



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior
Diretoria de Avaliação



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Editora:	
Local da edição (cidade/país):	
Número de páginas:	
Ano da 1ª Edição:	
Nº e ano da edição enviada:	
Tiragem:	
Formato (impresso ou eletrônico):	
Referência completa do livro/coletânea (adotar ABNT):	
Número de capítulos da coletânea:	
Autores (docentes e discentes) do Programa de Pós-Graduação, título e páginas de cada capítulo:	
Vinculação do livro/coletânea à linha de pesquisa, área de concentração ou área de conhecimento:	
Resumo livro/coletânea (ementa):	
Dados sobre eventual resenha (referência do periódico):	
Informações complementares (informações sobre a participação de docentes ou discentes de outros Programas, tipo de financiamento, premiação, participação de autores estrangeiras, etc.)	
PARTE II - ASPECTOS FORMAIS DA OBRA	
SEÇÃO 1: CARACTERIZAÇÃO DA OBRA E EDITORA	
	Pontuação máxima por item
Nominata do Conselho Editorial	6
Apresentação da Síntese da obra na orelha e na contracapa	3
Apresentação do autor com filiação institucional, principais obras e/ou breve	3

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

biografia intelectual			
Existência de índice de autores e/ou temas		6	
Normalização consistente e uniforme dentro de padrão reconhecido		6	
Publicação em português		6	
Publicação noutro idioma, bilíngue ou trilingue		9	
Impresso	Brasil	9	
	Exterior	12	
Eletrônico (E-Book)		9	
Digital (em PDF)		3	
Editora	Editora comercial com distribuição nacional e tradição de publicação na área	6	
	Editora brasileira, universitária, filiada à ABU	6	
	Editora brasileira, universitária, não filiada à ABU	4	
	Editora Universitária estrangeira	6	
	Editora comercial estrangeira	4	
	Editora comercial estrangeira com tradição de publicação na área	6	
Pontuação máxima possível da Seção 1		50	
SEÇÃO 2: NATUREZA DA OBRA E DA AUTORIA			
Integral	Obra integral de um único autor		75
	Obra integral de mais de um autor	De diferentes países	75
		De um só país	75
Coletânea	Composta por ensaios de um único autor		60
	Composta por capítulos de diferentes autores	De países diferentes	75
		De diferentes programas do país havendo predominância de um programa em mais de 50% dos capítulos	50
		De um mesmo programa no país	45
Livro didático	Obra integral de um ou mais autores		45
	Composta por capítulos de diferentes autores	De países diferentes	45
		Do mesmo país	30
Livro paradidático ou de divulgação científica	Obra integral de um ou mais autores		45
	Composta por capítulos de	De países diferentes	45
		Do mesmo país	30

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	diferentes autores		
Dicionários	Composta por verbetes de diferentes autores	De países diferentes	45
		De um mesmo país	30
Enciclopédia	Composta por verbetes de diferentes autores	De países diferentes	45
		De um mesmo país	30
Anais de congresso	Composto por textos completos de diferentes autores (resumos não são considerados)	De diferentes países	30
		De um mesmo país	20
Pontuação máxima possível da Seção 2			75
Pontuação máxima possível na Parte II (Seção 1 + 2)			120
PARTE III: ANÁLISE GERAL DA OBRA			
1	Apresentação e cuidados gráficos		15
2	Organicidade e coerência		30
3	Abrangência e pertinência da discussão		45
4	Relevância da obra e potencial de impacto		45
5	Inovação e originalidade		45
Pontuação máxima possível da Parte III			180
Em face do Instrumento de Avaliação de Livros acima, a pontuação máxima a ser alcançada por um livro, coletânea ou capítulo é a seguinte:			
Estrato	Livro ou Coletânea	Capítulo	Apresentação, Prefácio, Verbetes
L4	300/270	90	45
L3	150/135	45	30
L2	75/66	22	15
L1	42/36	12	06
NCL	Zero	zero	

PRODUTOS TÉCNICOS E EVENTOS

A área não possui um instrumento de avaliação de eventos. Embora a organização e a participação em eventos seja de caráter fundamental para promover o diálogo entre os pesquisadores, docentes e discentes, considera-se que isso pode ser melhor avaliado, levando-se em conta os resultados publicados dos eventos, sobretudo em anais e atas.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Quanto à produção técnica, se entendemos por isso material didático, *homepages*, *sites*, *blogs*, aulas gravadas, *webaulas* e outros recursos do tipo, trata-se de experiência recente em nossa área, com isso não temos nenhuma sistemática específica para a avaliação desses produtos, que cada vez adquirem mais importância e que devem receber atenção especial nas próximas avaliações. As comissões deverão, contudo, valorizá-los.

V. Fichas de Avaliação para o Triênio 2010-2012

MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	40%	Desenvolvimento do programa tendo em vista a proposta inicialmente aprovada, sua evolução no triênio com eventuais mudanças de área e/ou linhas de pesquisa, criação de novas disciplinas e como essas mudanças se articulam com a proposta geral do programa.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	40%	Projeto de médio prazo do programa com seus objetivos, prioridades e metas para o futuro, sobretudo o próximo triênio, considerando-se projetos de expansão, convênios, cooperação nacional e internacional.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	20%	Recursos disponíveis para ensino e pesquisa, sobretudo utilização de bases de dados, tais como o Portal da Capes. É importante a existência de bom acervo bibliográfico de fácil acesso ao usuário e o investimento em recursos computacionais para o corpo docente e discente (incluindo <i>Datashow</i> , etc.). A existência de uma <i>homepage</i> do programa e de <i>sites</i> de professores e de grupos de pesquisa será levada em conta.
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	20%	Formação e titulação do corpo docente coerente com a área e a proposta do programa, valorizando-se a interdisciplinaridade quando adequadamente relacionada às linhas e projetos de pesquisa e levando-se em conta o planejamento da renovação do quadro.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	30%	Adequação da atuação do docente em ensino e pesquisa às atividades do programa e às suas linhas de pesquisa, incluindo participação em projetos financiados.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	40%	Todos os docentes devem participar de projetos de pesquisa e ministrar disciplinas ao menos uma vez por ano. Deve haver equilíbrio na participação de docentes na orientação de teses e dissertações, respeitando-se o teto máximo de 15 orientandos por orientador estabelecido pela Capes e evitando-se docentes sem orientação, a menos que justificado. A inclusão de docentes colaboradores e visitantes no corpo docente é desejável, sem significar dependência desses docentes para atividades de ensino e de orientação, portanto em número que não ultrapasse 20% do corpo docente.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	10%	Valorização da formação do pesquisador desde a graduação, sobretudo quanto à orientação de monografias, TCC, PIBIC, PIBID, etc.
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	15%	Quantidade de dissertações e teses defendidas em relação ao ingresso de alunos e à dimensão do corpo docente.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	25%	A distribuição deve ser equitativa entre os docentes do corpo permanente, relacionando-se às diferentes linhas. Levar em conta se há membros do corpo docente sem orientandos ou com número entre 2 e 1. Esses casos, excepcionais, devem ser justificados.
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	45 %	Será dada especial atenção às várias formas de divulgação das pesquisas discentes e dos resultados de dissertações e teses através de artigos, livros e capítulos de livros, e participação discente em eventos. Premiação de teses e dissertações será levada em conta. Um indicador importante da qualidade é a composição das bancas que devem incluir especialistas na área e membros externos ao programa.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	15%	A referência é o tempo médio de titulação de 24 meses no mestrado e 36 no doutorado, com possibilidades de prorrogação justificada e levando em conta, especialmente a relação com o número de orientandos por orientador. O número de orientandos não deve acarretar aumento do tempo de conclusão.
4 – Produção Intelectual	35%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	50%	Classificação no Qualis dos periódicos em que artigos são publicados e avaliação das publicações de livros e capítulos (incluindo anais) segundo o Instrumento de Avaliação de Livros da Área. É desejável que as publicações no caso de artigos concentrem-se nos estratos superiores (A1-B1) do Qualis periódicos e que no caso de livros e capítulos se concentrem nos níveis superiores do Instrumento de Avaliação, ou seja, L3 e L4.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	35%	Espera-se que todos os docentes publiquem no período, levando-se em conta a distribuição das publicações e a qualidade dos veículos.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	15%	Participação e organização de eventos, no país e no exterior, participação em bancas examinadoras, e em comissões de agências financiadoras, pareceres e consultorias ad hoc, páginas, web sites, aulas gravadas, material didático online de autoria do corpo docente.
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	45%	Intercâmbios, convênios, projetos de cooperação, participação dos docentes em atividades sociais e extra-curriculares, presença nos meios de comunicação social.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	35%	Importância de formação de redes de programas integrados, de Procad, Minter e Dinter, cursos de extensão e de especialização, participação em projetos envolvendo o ensino religioso, sobretudo no Ensino Médio e de interação da pós-graduação com outros níveis de ensino.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	20%	Importância da divulgação, incluindo a <i>homepage</i> do programa, e do acesso a informações sobre o curso tais como, programas de disciplinas e cursos, divulgação de eventos, trabalhos de alunos e professores

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

MESTRADO PROFISSIONAL		
Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	30%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área
2. Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	- Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional) - Examinar se o Corpo Docente atua em P, D&I nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	<p>30%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes. - Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais. - Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009: “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.</p>	<p>20%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes.
<p>3. Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão</p>		
<p>3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa</p>	<p>30%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período. - Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de docentes do programa.
<p>3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos</p>	<p>40%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
<p>3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.</p>	<p>30%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

4. Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	40%	- Examinar o número total de publicações de docentes permanentes do programa no triênio.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	20%	- Examinar o número total da Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras: Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros). Artigos publicados em periódicos técnicos. Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais. Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor. Elaboração de protocolos, normas ou programas. Consultoria ou assessoria técnica. Produtos técnicos. Protótipos. Patentes. Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da área.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	20%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa.
5. Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa	30%	- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil. - Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal, etc.), nos níveis local, regional ou nacional.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.</p> <p>h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática</p>
--	---

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		forense.
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	30%	- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20%	- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa	20%	- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		- Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº 13/2006).
--	--	--

VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional

Considerou-se que os tópicos apresentados no Documento de Área 2009 referentes à questão da internacionalização dos programas são adequados, mas entende-se que a internacionalização não deve se referir somente aos programas enquadrados com nota 6 (seis) e 7 (sete), devendo ser meta e atividade de todos os programas da Área, tendo em vista as demandas atuais da crescente inserção da pesquisa e da pós-graduação brasileira no cenário internacional. A internacionalização deve ser vista atualmente com base, em geral, na reciprocidade entre as instituições do Brasil e do exterior envolvidas no processo e em uma concepção simétrica da cooperação internacional entre as instituições brasileiras e as do exterior.

Indicadores de internacionalização

Serão considerados indicadores de Internacionalização dos programas:

- Proporção de docentes participando como visitantes em programas de IES estrangeiras;
- Proporção de docentes com treinamento de pós-doutorado em programas de IES estrangeiras;
- Professores visitantes estrangeiros recebidos pelo programa no triênio;
- Intercâmbio de alunos com IES estrangeiras, sobretudo através de bolsas-sanduíche;
- Presença de alunos de origem estrangeira;
- Participação de docentes em eventos científicos de caráter internacional;
- Financiamento internacional para as atividades de pós-graduação;
- Participação em comitês editoriais e em editoria de periódicos de circulação internacional;
- Participação em diretorias de associações científicas internacionais;
- Captação de recursos de agências de fomento científico de âmbito internacional;
- Participação em projetos de pesquisa envolvendo programa de pós-graduação e grupos de pesquisa de instituições estrangeiras.

O corpo docente deve apresentar produção intelectual com qualidade e destaque internacional.

São publicações de destacada qualidade:

- a) artigo que exponha resultado de pesquisa original, publicado em periódico classificado nos estratos A1, A2 e B1 no Qualis Periódicos da Área, ou capítulo de livro com características semelhantes;
- b) livro de autoria individual ou em coautoria, de grande relevância e caráter inovador para a área ao menos no estrato L3;
- c) coletâneas e/ou capítulos com as mesmas características.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



Comissão de Área - Avaliação

Período de Avaliação: 2010 a 2012 **Etapa:** Avaliação Trienal 2013

Área de Avaliação: 33 - FILOSOFIA/TEOLOGIA

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
ANDRE DA SILVA PORTO	UFG	Consultor(a)
ANDRE DE MACEDO DUARTE	UFPR	Consultor(a)
CLAUDIO DE OLIVEIRA RIBEIRO	UMESP	Consultor(a)
DANILO MARCONDES DE SOUZA FILHO	PUC-RIO	Coordenador(a)
DARLEI DALL AGNOL	UFSC	Consultor(a)
FATIMA REGINA RODRIGUES EVORA	UNICAMP	Consultor(a)
GILSON DE PAULO MOREIRA IANNINI	UFOP	Consultor(a)
HAROLDO REIMER	PUC-GOÍÁS	Consultor(a)
HELTON MACHADO ADVERSE	UFMG	Consultor(a)
JOAO CARLOS SALLES PIRES DA SILVA	UFBA	Coordenador(a) Adjunto(a)
JOAO DECIO PASSOS	PUC/SP	Consultor(a)
JOHAN MARIA HERMAN JOZEF KONINGS	FAJE	Consultor(a)
LIA LEVY	UFRGS	Consultor(a)
MARCELO DE ARAUJO	UERJ	Consultor(a)
MARIA APARECIDA DE PAIVA MONTENEGRO	UFC	Consultor(a)
MARY RUTE GOMES ESPERANDIO	PUC/PR	Consultor(a)
MOACYR AYRES NOVAES FILHO	USP	Consultor(a)
NELSON GONCALVES GOMES	UNB	Consultor(a)
OSVALDO LUIZ RIBEIRO	FUV	Consultor(a)
PAULO AGOSTINHO NOGUEIRA BAPTISTA	PUC/MG	Consultor(a)
PAULO ROBERTO LICHT DOS SANTOS	UFSCAR	Consultor(a)
REMI KLEIN	EST	Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional
ROBERTO HOFMEISTER PICH	PUC/RS	Consultor(a)
SALMA TANNUS MUCHAIL	PUC/SP	Consultor(a)